



Ministério do Turismo
Coordenação Geral de Segmentação

PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AFETA O TURISMO RURAL

Enzo Arns

Consultor- Unesco

Brasília, março de 2006.

Sumário

Introdução	4
Legislação Trabalhista	6
Tributos federais	7
Simples	8

Legislação Previdenciária	13
Justificativas	16
Propostas para alterações legislativas	18
Situação atual do PL 5797 na Câmara dos Deputados	19
Primeiro texto proposto: lei ordinária federal	23
Segundo texto proposto: lei complementar federal	26
Literatura Consultada	28
Anexos:	30

Introdução

O Turismo é uma atividade que tem amparo constitucional no Brasil. No capítulo da Ordem Econômica e Financeira da Constituição Federal, promulgada em 1988, pela primeira vez se fez menção expressa ao setor turístico, quando se determina que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Apesar de considerada, constitucionalmente, uma atividade aceleradora de desenvolvimento, no que tange ao Turismo Rural não tem recebido dos governantes a disposição necessária para implementar políticas específicas, de modo que tal atividade realmente contribua, como ocorre em outros países, para o desenvolvimento esperado por aqueles que têm na lida rural o suporte de sua subsistência.

Com base em pesquisas bibliográficas e, principalmente, junto a várias instituições e empreendedores, foi possível observar que as diversas legislações aplicadas ao Turismo Rural, na maioria das vezes resultam negativamente, visto que não têm em vista as especificidades do setor e os procedimentos previstos são os mesmos para o setor industrial e comercial de natureza urbana. Ou seja, o Turismo Rural não tem leis e regulamentos específicos que normatizem a sua diversidade, até por ser uma atividade relativamente nova, submete-se a um regime híbrido, parte rural, parte urbano, notadamente na área trabalhista, previdenciária, sanitária e tributária, além de sofrer com a inexistência de uma disciplina especial para o empreendedor pessoa física.

Na realidade, a legislação vigente, ao invés de concorrer em benefício dos pequenos agricultores, dificulta-lhes sobremaneira. Isto significa dizer que o agricultor familiar empreendedor de Turismo Rural não possui condições de arcar com todas as exigências de uma legislação inadequada. Ao tentar conciliar a agricultura familiar com o turismo, esse produtor rural perde a condição de segurado especial junto à Previdência Social, já que a legislação em vigor essa e outras fontes de renda, salvo poucas exceções.

Isso contraria as novas tendências de multifuncionalidade e pluriatividade que vem ocorrendo na área rural, ou seja, o meio rural não é mais somente um local de produção de alimentos, mas também de outros serviços, como o Turismo Rural.

Outro aspecto a observar é o da responsabilidade civil, principalmente a responsabilidade civil objetiva, a que independe de culpa do agente. Conforme foi destacado no novo Código Civil, adotou-se a teoria do risco: aquele que exerce atividade passível de provocar risco a outrem fica responsável pelo dano sofrido, independentemente de culpa, a não ser que comprove alguma das excludentes do nexo de causalidade, como, por exemplo, a culpa exclusiva da vítima. A ausência de mecanismos que os eximam dos custos dos riscos, os inibe em relação à atividade. A reação natural tem sido deixar de oferecer serviços que envolvam mais riscos de acidentes para os usuários, o que limita o desenvolvimento da própria atividade. Alguns empreendedores utilizam-se de seguro, de modo geral caros e inviáveis para certo porte de estabelecimento.

Os gargalos da legislação trabalhista também reforçam as dificuldades. Em primeiro lugar, por causa da jornada de trabalho que, no caso, é bem diferente da jornada de empresas urbanas - a demanda dos produtos/serviços de Turismo Rural ocorre em finais de semana, férias escolares e feriados, o que, de modo geral, inviabiliza a contratação de empregados permanentes e exclusivos. Deste modo, o trabalhador que durante a semana atua na lavoura e/ou pecuária é aproveitado nos fins de semana/feriados, nas férias escolares e, eventualmente, no período noturno para trabalhar na preparação de alimentos, no atendimento ao turista e outros. Na verdade, esta atividade, geralmente, é um complemento à atividade principal da propriedade. Do ponto de vista da legislação, estas características envolvem a dupla jornada de trabalho e a necessidade do pagamento não mais do piso de trabalhador rural, mas do piso do trabalhador do turismo, que é ainda maior. Atualmente, as contratações de trabalhadores para as atividades de Turismo Rural, à luz da legislação trabalhista, são irregulares ao se configurar dupla jornada (e isto confere diferenciação de direitos trabalhistas); além disso, a contratação temporária usual de parentes ou vizinhos em caráter informal também é ilegal.

Este documento restringe-se a proposições relacionadas à melhoria e adequação da legislação trabalhista, tributária e previdenciária.

Legislação Trabalhista

As relações do trabalhador rural são disciplinadas pela Lei 5.889, de 8 de junho de 1973, aplicando-se as disposições da CLT apenas de modo subsidiário. Faz-se necessário, para atender às preocupações de natureza trabalhista em relação ao turismo rural, alterar o texto da legislação de regência apenas para, além de identificar o empreendedor do turismo rural como empregador rural, esclarecer que a natureza da relação de trabalho, mesmo nos casos em que o empregado labora em atividades tipicamente urbanas ou comerciais prestadas ao empreendedor do turismo rural, seria rural. Isso porque, conforme salienta Valentin Carrion¹, [há indisfarçável interpretação desenvolvida em torno do art. 17 da Lei 5.889/73 visando desqualificar como rurícolas empregados como os motoristas, os tratoristas, escriturários, lojistas, entre outros, que prestam serviços a empregadores rurais \(Parecer CJ/MPAS 28/82\).](#)

Vale lembrar que, se o empreendedor do Turismo Rural se enquadra nas classificações de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de que trata a Lei nº 8.941, de 5.10.99 (*Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal*), nada obsta à nova legislação fazer referência aos dispositivos daquela Lei a respeito de regime trabalhista e previdenciário simplificado, que oferece, entre outros, os seguintes direitos:

- (i) dispensa do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74; 135, § 2o; 360; 429 e 628, § 1o, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (art. 11 da Lei 8.941/99);
- (ii) orientações especiais pelos agentes das fiscalizações trabalhista e previdenciária (art. 12 da lei), entre outros.

É importante esclarecer, em relação às legislações tributária e previdenciária, que o empreendedor do turismo rural - pessoa jurídica - pode louvar-se do SIMPLES (Lei nº 9.317/96), de modo a reduzir sua carga tributária, pagando um percentual uno (pagamento unificado) sobre sua receita bruta mensal para custear os seguintes tributos:

¹ Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, 27ª.ed., Saraiva, 2002, p. 48.

- (i) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;*
- (ii) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;*
- (iii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;*
- (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;*
- (v) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e*
- (vi) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (contribuição da empresa), e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996 (remuneração de administradores, autônomos, avulsos e demais pessoas físicas; e remuneração de cooperados).*

Quanto ao empreendedor - pessoa física -, não há tratamento do SIMPLES, sendo essa talvez uma das grandes mudanças que pode ocorrer para o caso do Turismo Rural, que exige desburocratização afinada às peculiaridades do empreendedor do meio rural. Pretende-se, também aqui, colocar na proposta legislativa um dispositivo específico tratando do empreendedor - pessoa física.

Quanto à legislação civil/comercial – impostos às pessoas físicas em algumas atividades - é bom acrescentar que, até o momento, algumas pessoas físicas adotam a chamada Declaração de Firma Individual Mercantil para enquadrar-se no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei nº 8.941/99). Posteriormente, com a entrada em vigor do novo CC (Código Civil – Lei 10.406/02) em 11 de janeiro de 2003, a pessoa física, que antigamente era o titular de FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL, agora é classificada como EMPRESÁRIO (art. 966 e ss do novo CC), preenchendo e protocolizando requerimento específico com tal finalidade, de forma a adaptar-se ao novo Código (vide Instrução Normativa 92/2002 do DNRC – Departamento Nacional do Registro do Comércio).

Tributos federais

Na esfera federal, especialmente dos tributos administrados pela Receita Federal², se a legislação for alterada para permitir que o regime do empreendedor do Turismo Rural possa ser igual ao do produtor rural (nos casos de atividades vinculadas à exploração agropecuária), essa unidade de disciplina permitirá um caminhar conjunto desses setores-irmãos, gozando e buscando todas as formas de incentivos para Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS, PIS/PASEP, IPI entre outros.

Hoje, entretanto, não são muito diferentes os regimes jurídicos das pessoas jurídicas em geral e dos produtores rurais, já que a Lei 9.249/95 revogou uma série de benefícios que eram dados ao setor rural pela Lei 8.023/90. Assim, o impacto em termos de economia fiscal, como decorrência da inovação legislativa, seria atualmente mínimo, diferentemente do que ocorre em relação às contribuições previdenciárias, como se verá adiante.

Com efeito, não pesa sobre esses pontos (ICMS, ISS, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP) nenhuma inquietação específica do setor, salvo sobre a possibilidade de o empreendedor do Turismo Rural se beneficiar do SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte.

Simples

Não há nada na legislação do SIMPLES (9.317/96³) que vede seu gozo por empresários do Turismo Rural. O empreendedor, todavia, deve ficar atento para as vedações constantes do art. 9º da Lei 9.317/96. Segundo esse preceito, não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

² Os administrados pelo INSS estão em capítulo próprio..

³ Com as alterações sofridas pelas Leis nº 9.732/98, 9.779/99, 10.034/00, e 10.194/01 e pelas Medidas Provisórias nº 2.113-29, de 27 de março de 2001, nº 2.132-43, de 27 de março de 2001 e nº 75, de 24 de outubro de 2002. Vale a pena conhecer também a Instrução Normativa SRF nº 250, de 26 de novembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
- e) factoring;

f) prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

Não estando enquadrado em tais vedações, o empresário do Turismo Rural pode louvar-se do SIMPLES, que lhe permitirá o pagamento mensal unificado dos seguintes tributos (art. 3º, §2º, da Lei 9.317/96):

(i) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

(ii) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

(iii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

(iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

(v) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e

(vi) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

Não estarão abarcados pelo SIMPLES, entretanto (art. 3º, §2º, da Lei 9.317/96):

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

As alíquotas para recolhimento no SIMPLES são de (art. 5º da Lei 9.317/96):

I - para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário;

- a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);

c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);

d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);

e) de R\$ 600 000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).⁴

Quanto às pessoas físicas empreendedoras, não há tratamento do SIMPLES para elas, sendo essa talvez uma das grandes mudanças que pode ocorrer para o caso do turismo rural, que exige desburocratização afinada às peculiaridades do empreendedor do meio rural. Nesse sentido existe, também, dispositivo na proposta de alteração legislativa que se pretende levar ao Poder Legislativo federal.

⁴ Nota 1: Para que o texto não alterado fique coerente com a MP 289-49, de 23.8.01, o limite máximo da empresa de pequeno porte é de R\$ 1.200.000,00. Nota 2: No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais acima referidos serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

Legislação Previdenciária

A realidade do chamado “novo rural brasileiro” vem incorporando a prestação de serviços às tradicionais práticas agrícolas, proporcionando novas fontes de renda para a população rural. Entre as atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural ressalta-se o turismo rural, pelas suas características de envolvimento da mão de obra familiar e possibilidade de agregação de valor aos produtos agropecuários.

Entende-se como Turismo Rural os produtos e serviços que enquadram-se nas dimensões estabelecidas pelo Ministério do Turismo, ou seja, *“conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”*.

Embora este seja um segmento relativamente novo no Brasil, atualmente encontra-se em fase de grande expansão principalmente por duas razões: a primeira é a necessidade que o produtor rural, dono de terras e dos meios de produção, tem de tentar diversificar sua fonte de renda e agregar valor aos seus produtos; a segunda é a vontade que muitas pessoas, principalmente moradoras das grandes cidades, têm de reencontrarem suas origens e permanecerem mais perto da natureza, convivendo e conhecendo a vida “calma e tranqüila” do campo, seus hábitos, tradições e costumes.

Além disso, o Turismo Rural pode ser visto como importante instrumento para:

- interiorização do turismo;
- difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- diversificação dos pólos turísticos;
- diminuição do êxodo rural;
- promoção de intercâmbio cultural;
- sensibilização da importância dos recursos naturais; e
- promoção do reencontro dos cidadãos com suas origens.

No que se refere à “hospitalidade remunerada”, tem sido uma forma de sobrevivência no campo que agrega alguma renda à atividade agropecuária.

Um número cada vez maior de propriedades consideradas como unidades familiares de produção vem recebendo turistas, de modo geral em fins de semana e feriados, para pouso e refeições, incentivados pelo governo, principalmente pelo Ministério do Turismo (MTur) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Temos exemplos dessa prática que tem servido como referência de melhoria de vida, muito mais pela valorização dessas comunidades e resgate da auto-estima que pela própria renda em si, a partir da consciência de que as pessoas da cidade estão pagando para vivenciar, mesmo que por alguns momentos, de um "modo de vida idealizado e desejado".

A intenção é que sejam preservados para a própria comunidade os benefícios da atividade turística, especialmente os oriundos dos serviços de hospedagem (por exemplo, um quarto na residência familiar, abrigos de funcionários adaptados), numa tentativa de prevenir a exclusão local via turismo. Que dizer, a idéia é evitar o que ocorre em muitos destinos turísticos em que a população local não possui recursos financeiros ou não sabe como se utilizar do turismo para seu benefício, os lugares turísticos vêm sendo invadidos por empresários "de fora". Nesse contexto surgem hotéis e restaurantes sem qualquer identidade com a cultura local, sobrando para comunidade o trabalho de faxineiro, lavadeira, caseiro, auxiliar de cozinha e, quando muito, de balconista e garçom.

Isso ocasiona muitos problemas de caráter social, cultural, ambiental e econômico. Quanto mais e maiores forem os equipamentos turísticos, maior o impacto ambiental para um local geralmente sem nenhuma infra-estrutura. Tais equipamentos, para se viabilizarem, promovem "pacotes" para atrair grandes grupos de turistas, que passam a se deslocar não mais motivados pelas "coisas rurais", mas pela simples viagem de lazer.

Entre outras conseqüências, tem-se a descaracterização e desvalorização do meio rural pelo abandono das atividades agrícolas em troca do subemprego, alto impacto ambiental pelas ocupação desordenada de regiões geralmente precárias em infra-estrutura e a venda das propriedades. Como exemplo, citam-se Alto Paraíso – GO, na Chapada dos Veadeiros, e Pirenópolis, onde a população local, rural e urbana, são os menos beneficiados pela visitaçãõ turística.

Tendo como base o anteprojeto de alteração das leis 8212 e 8213, apresentado pela Coordenação Geral de Legislação e Normas do Ministério da Previdência, citamos os principais pontos que necessitam de alterações para o enquadramento dos prestadores de serviços turísticos para o segmento de Turismo Rural, bem como as justificativas que dão embasamento às proposições.

Proposições Gerais

Lei 8.212

No Art.12 inciso VII, alínea "d",§10, incluir hospedagem rural como exploração turística contemplada pelo projeto lei;

No mesmo parágrafo, substituir exploração do potencial turístico por exploração da atividade turística (de acordo com a descrição do documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural);

Alterar o Art. 25, §10, substituir da exploração turística do imóvel, incluída a decorrente de taxa de acesso, do acompanhamento ou de serviços especiais, refeições e outros para da exploração turística do imóvel, incluída a oferta de serviços, equipamentos e produtos de hospedagem, alimentação, recepção à visitação, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas, na propriedade, vinculadas ao contexto rural, taxa de visitação, serviços especiais e outros;⁵

Idem para Art.30, inciso XII alínea "c";

Lei 8213

⁵ Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural

No Art.11 inciso VII, alínea "d",§7º, incluir hospedagem rural como exploração turística contemplada pelo projeto lei;

No mesmo parágrafo, substituir exploração do potencial turístico por exploração da atividade turística (de acordo com a descrição do documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural);

Justificativas

O fato da contratação de auxílio eventual de terceiros, inclusive empregados desde que por até o máximo de *180 dias/trabalho ano*, corridos ou intercalados ou o seu equivalente em horas de trabalho, no ano civil, por si só, evita que o tipo de exploração da atividade turística, incluindo aqui hospedagem, seja utilizado por outro tipo de *empreendedor que não o agricultor familiar*, uma vez que o Turismo Rural é geralmente realizado nos finais de semana e feriados – ou seja, se contarmos todos os finais de semana no decorrer de um (1) ano teremos cerca de 104 dias/ano.

A não inclusão da modalidade de hospedagem para o agricultor familiar fará com que a população local *não participe da renda complementar oriunda desta atividade* e gerará a criação de empreendimentos de terceiros, totalmente descomprometidos com os valores culturais e sociais regionais, descaracterizando e desvalorizando o meio rural, empregando a mão de obra local, somente para serviços de baixa especialidade como limpeza, manutenção, atendimento e serviços gerais, não contribuindo portanto para a melhoria das condições de vida desta comunidade.

A atividade turística em propriedades familiares incluindo hospedagem remunerada tem como principal atrativo uma vivência com as particularidades da vida no campo, diferente do ambiente urbano. Neste caso, a hospedagem é feita de forma rústica e, no caso dos agricultores, geralmente na própria residência familiar ou em pequenas construções anexas disponíveis na propriedade. Vale ressaltar que é justamente a opção

de hospedagem que permite o aumento do retorno financeiro através da cobrança da diária. Sendo assim, qualquer proposta de hospedagem que fuja deste referencial, estará descaracterizada do contexto acima explicitado e fora dos benefícios propostos no presente projeto de lei;

Propostas para alterações legislativas

Este estudo visa apresentar sugestões objetivas para alterações legislativas que se mostrem necessárias para definir o turismo rural e seu tratamento normativo tributário, previdenciário e trabalhista.

Está em curso na Câmara dos Deputados o PL 5797, de autoria da ex-Deputada Marisa Serrano, buscando dar um adequado tratamento ao turismo rural mediante alterações nas Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e 8.870, de 15 de abril de 1994.

As propostas de alteração legislativa que aqui serão colocadas poderão servir como justificativa a eventual projeto de lei que se encaminhe ao Poder Legislativo.

De forma a não esbarrar em vedações apostas na LC 95/98, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, bem como em ciladas dos regimentos internos de nossas Casas Legislativas (sua análise escapa ao objeto do presente contrato), optou-se por colocar as sugestões em forma de projeto de lei para que se possa trabalhar politicamente de forma alternativa, a saber:

opção 1 – convencer algum congressista a apresentar as sugestões como projeto de lei;

opção 2 – convencer algum congressista a aproveitar as sugestões mediante emendas na Câmara e no Senado ao PL 5797, já em trâmite.

Esclarecemos que optamos pelo uso da expressão *turismo rural* ao invés de *agroturismo*. Também, quanto ao dispositivo que estabelece o conceito do turismo rural, preferiu-se sugerir o conceito *ampliativo*, de forma a abranger as atividades de promoção ao patrimônio cultural ou natural, ainda que não vinculadas a uma produção agropecuária paralela. Isso porque, se politicamente o Legislativo decidir de forma diversa, bastarão cortes no texto, ao invés de acréscimos, pois estes são sempre mais trabalhosos.

Antes de apresentar o texto proposto, todavia, cumpre demonstrar a situação atual do PL 5797, que já tramita na Câmara dos Deputados.

Situação atual do PL 5797 na Câmara dos Deputados

O PL 5797 teve, na Câmara dos Deputados, a seguinte tramitação:

22.5.02 - Aprovado na Comissão de Agricultura e Política Rural (CAPR) o Parecer do Relator, Dep. Hugo Biehl, pela aprovação do projeto com três emendas de sua autoria e com a rejeição da emenda apresentada na CAPR pelo Dep. Eni Voltolini (contra os votos dos Deputados Marcos Afonso, Nilson Mourão, José Pimentel, João Grandão e Tilden Santiago, apresentou voto em separado o Deputado João Grandão);

20.11.02 – Aprovado na Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo (CEICT), o Parecer do Relator, Dep. Alex Canziani, pela aprovação do projeto e das emendas adotadas pela Comissão de Agricultura e Política Rural;

26.11.2002 – Recebido na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Na sua versão atual (após emendas, portanto), o projeto tem a seguinte redação (*estão sublinhados os trechos decorrentes de emenda identificada no rodapé*):

“PROJETO DE LEI Nº 5797, DE 2001

(Da Sra. Marisa Serrano)

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, à Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 ⁶, e à Lei 8.870, de 15 de abril de 1994, relativos ao agroturismo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a redação que lhe foi dada pelas Leis nºs 9.272, de 3 de maio de 1996 e 9.712, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira, florestal e de agroturismo ou turismo rural.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - atividade agrícola: a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais;

II – agroturismo ou turismo rural: conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, paralelamente à atividade agrícola, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (NR)

.....

“Art. 67-A. As pessoas jurídicas que se dedicam à atividade agrícola ou ao agroturismo, definidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei, estarão sujeitos aos

⁶ Emenda 3 do Relator na CAPR.

mesmos regimes tributário, trabalhista e previdenciário, ressalvado o direito de opção pelo SIMPLES, quando possível, na forma da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.” (AC)

Art. 2º. O caput do art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação⁷:

“Art. 25. A contribuição devida à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique à produção rural ou ao agroturismo, em substituição à prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a ser a seguinte:

.....

§ 5º Para os efeitos deste artigo, observar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 10. da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991”

“Art. 3º. O inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação⁸:

“Art. 12.

.....

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o empresário do agroturismo, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo” (NR).

Apesar do respeitável trabalho das duas Comissões, que já se pronunciaram sobre o projeto, cumpre aqui ressaltar:

⁷ Emenda 1 do Relator na CAPR.

⁸ Emenda 2 do Relator na CAPR.

O PL, ao propor a inserção de um inciso II ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.171/91, adotou a expressão “paralelamente à atividade agrícola”, marcando posição a favor da vinculação do turismo rural à exploração agropecuária, constando da justificativa do projeto de lei e dos pareceres, que até agora o aprovaram, inúmeras citações doutrinárias que prestigiam tal ponto de vista;

O projeto não se faz acompanhar, em sua justificativa, das razões pelas quais o legislador decidiu restringir o conceito de turismo rural aos empreendedores que explorem paralelamente atividade agropecuária;

Se tanto a atividade de turismo rural, vinculada à produção e exploração agropecuária, quanto a que é deste desvinculada são aptas a *resguardar e promover o patrimônio cultural e natural da comunidade*, não há porque discriminar uma delas sob pena de ofensa ao princípio isonômico, máxime porque, repita-se, na justificativa do projeto não há acareamento das razões do *discrímen*;

Noutro passo, o PL, ao criar um art. 67-A na Lei nº 8.171/91, deixa muito em abertas questões como o problema trabalhista dos serviços tipicamente urbanos praticados no contexto do turismo rural, que apresentam dificuldades para os próprios produtores que servem de parâmetro de equiparação ao empreendedor do turismo rural;

O PL não dá o devido tratamento ao empreendedor rural pessoa física e nem traz preceitos expressos sobre as formas cooperada e consorciada de iniciativa privada e seus tratamentos tributário e previdenciário;

O PL, em seu art. 2º, ignora que já existe um §5º no art. 25 da Lei 8.870/94 e, para não revogar tacitamente a disposição, impede que seja alterado o projeto para colocar a proposta como sendo de inclusão de um §6º;

O PL não alberga dispositivo que deixe tranquilos *alguns* interessados no turismo rural que já são aposentados pelo regime geral de previdência. Percebe-se que alguns têm receios quanto à perda de alguns benefícios previdenciários e da própria aposentadoria ⁹;

O PL não contempla preceito que conforte os interessados em administrar meios de hospedagem que reclamam de haver impedimentos legais a que empreendedores pessoas físicas administrem hotéis e estabelecimentos congêneres no meio rural.

Cada observação acima tem uma correlata proposição no texto que a seguir será apresentado. Cumpre, assim, levar, a quem competir, o substrato jurídico necessário a que se inicie um trabalho de modificação do PL 5797 ainda na Câmara ou no Senado (ou mesmo propor novo projeto), conforme venha a se manifestar a assessoria parlamentar a ser consultada.

Primeiro texto proposto: lei ordinária federal

PROJETO DE LEI Nº....., DE 2004

Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. O turismo rural passa a ter a disciplina tributária, previdenciária e trabalhista prevista nesta lei.

⁹ Seria mais um dispositivo de “segurança”. Sua inexistência, todavia, não é vital. Nesse ponto o projeto não mereceria verdadeiramente uma crítica, pois as bases consultadas pela Deputada autora do projeto talvez não tenham revelado essa preocupação.

Art.2º. Para os efeitos desta lei, entende-se por turismo rural:conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

§1º. Constituem-se atividades de turismo rural, entre outras a serem definidas em regulamento, as seguintes, desde que oferecidas no meio rural, vinculadas ou não à exploração de atividade agropecuária:

I – administração de hospedagem no meio rural;

II – fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rurais;

III – organização e promoção de:

a) visitas a propriedades rurais produtivas ou propriedades rurais inativas de importância histórica;

b) vivência de práticas do meio rural, como ordenha, colheita, rotina do boiadeiro, entre outras;

c) manifestações artísticas e religiosas do meio rural, como rodas de viola, roda de causos, festas populares, danças, etc.

§2º. O cadastramento dos empreendedores do turismo rural será realizado conforme dispuser o regulamento, observando-se, entre outras, a seguinte classificação:

I - empreendedor pessoa jurídica;

II – empreendedor pessoa jurídica cooperada;

III – empreendedor pessoa física;

IV – empreendedor pessoa física cooperada;

V - empreendedor pessoa física consorciada;

Art.3º. O turismo rural, quando desenvolvido paralelamente à exploração de atividade agropecuária, está sujeito aos mesmos regimes tributário, trabalhista e previdenciário dos produtores rurais, inclusive o tratamento especial dado ao empreendedor pessoa física, ao consórcio de pessoas físicas e às pessoas física e jurídica cooperadas, respectivamente, pelos arts. 25 e 25-A da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 e 25 e 25-A da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994.

§1º. Para os empreendedores cooperados e consorciados de que trata o art. 2º, §2º, II, IV e V, aplica-se o disposto no art. 25-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e no art. 25-A da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994.

§2º. Fica ressalvado o direito de opção, em qualquer caso, pelo SIMPLES, na forma da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e legislação correlata, inclusive quando se tratar de empresário pessoa física.¹⁰

Art. 4º. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que empreenda o turismo rural é segurado obrigatório para fins de custeio da previdência social e não perderá os direitos decorrentes da aposentadoria, mas não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício da nova atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado, aplicando-se, para tanto, os arts. 11, §3º e 18, §2º, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 5º. As relações de trabalho desenvolvidas no âmbito do turismo rural serão sempre rurais, aplicando-se-lhes a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, inclusive nos casos de atividades tipicamente urbanas prestadas no meio rural, como tratoristas, motoristas, secretárias, escriturários, vendedores de lojas, marceneiros, garçons, arrumadeiras, entre outros, desde que seu exercício se dê no contexto do turismo rural.¹¹

¹⁰ Vide item 1 do presente.

¹¹ Vide a justificativa do item 1 deste relatório.

Art. 6º. Aos empreendedores do turismo rural fica assegurado o tratamento que a Lei nº 8.941, de 5 de outubro de 1999 estabelece para os micro e pequenos empresários.¹²

Art. 7º. O art. 2º da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.2.....

.....

§5º. Os meios de hospedagem classificados como de turismo rural poderão ser administrados indistintamente por pessoa física ou jurídica.”

Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências.

Art.8º. Subsidiariamente ao disposto nesta Lei, aplica-se, no que couber, a legislação do turismo, especialmente, a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977 e Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e seus respectivos regulamentos.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo texto proposto: lei complementar federal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº....., DE 2004

Altera o Decreto-Lei no 406, de 31 de dezembro de 1968, e a Lei Complementar no 56, de 15 de dezembro de 1987, para acrescentar serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lista de serviços anexa ao Decreto-Lei no 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar no 56, de 15 de dezembro de 1987, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"102 – organização e promoção do turismo rural, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas no contexto de sua prestação."

Art. 2º. A alíquota máxima de incidência do imposto de que trata esta Lei Complementar é fixada em três por cento.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Literatura Consultada

- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. **ABC do turismo rural**. Viçosa (MG): Aprenda Fácil, 2000.
- BONATO, Amadeu Antônio. **Agricultura familiar, agroindústrias e a previdência social**. Curitiba: DESER, 2000.
- BRASIL. Código Civil. Coordenação por Giselle de Melo Braga Tapai. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003
- BRASIL. Ministério do Turismo/Sescoop. **Estudo da legislação pertinente à atividade do turismo rural com proposta de alteração legislativa**, Brasília, 2003, 40p.
- CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. **Erro médico e o direito**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.
- DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 10.ed.Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- FIÚZA, César. **Direito civil** : curso completo. 3.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MANUAL de orientação da previdência social na área rural. 2.ed. Brasília:INSS/SENAR, 2003.
- MODELO em transição. **Guia do Empreendedor Rural**, v. 2, n.3, p.53-55, fev. 2003.

NORONHA, Fernando. **Apostila de direito das obrigações – Parte II: responsabilidade civil (em sentido estrito, ou geral**

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**.8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil – responsabilidade civil**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 4.

SAAD, Eduardo Gabriel. **CLT comentada**. 26.ed. São Paulo: LTR,2003.

SCHMIDT, Wilson et al. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense.

SOARES, Orlando. **Responsabilidade civil no direito brasileiro: teoria, prática forense e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

STOCO, Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de direito do trabalho**. 21.ed. São Paulo,2003. v.1

TORESAN, L.; GUZZATTI, T.C.; NART, D.; BITENCOURT, R.B. **Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral**. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002. 58p.

TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T.C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis:

Instituto Cepa/SC, 2002. 59p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002. v. 4

Anexos:

**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 - DOU DE 14/08/98 - (Atualizada até
OUTUBRO/2004)**

*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social,
institui Plano de Custeio, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

TÍTULO I - CONCEITUAÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;

- e) eqüidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Nota:

O inciso VII do art. 194 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), estabelece a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

TÍTULO II - DA SAÚDE

Art. 2º A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;

f) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

TÍTULO III - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Nota:

O art. 201 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), dá nova forma à organização da previdência social, como segue:

“Art. 201 A previdência social será organizada sob forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.”

Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Nota:

Alínea "e" sem efeito em face da nova redação dada ao § 7º do art. 201 da [Constituição Federal](#), pelo art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#).

**TÍTULO IV -
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Parágrafo único. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) descentralização político-administrativa;
- b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

**TÍTULO V -
DA ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 5º As ações nas áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, conforme o disposto no Capítulo II do Título VIII da [Constituição Federal](#), serão organizadas em Sistema Nacional de Seguridade Social, na forma desta Lei.

Art. 6º Fica instituído o Conselho Nacional da Seguridade Social, órgão superior de deliberação colegiada, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de representantes da sociedade civil.

§ 1º O Conselho Nacional da Seguridade Social terá dezessete membros e respectivos suplentes, sendo: ***(Redação dada pela [Lei nº 8.619, de 5.1.93](#))***

a) 4 (quatro) representantes do Governo Federal, dentre os quais, 1(um) da área de saúde, 1(um) da área de previdência social e 1(um) da área de assistência social;

b) 1 (um) representante dos governos estaduais e 1 (um) das prefeituras municipais;

c) oito representantes da sociedade civil, sendo quatro trabalhadores, dos quais pelo menos dois aposentados, e quatro empresários; ***(Redação dada pela [Lei nº 8.619, de 5.1.93](#))***

d) 3 (três) representantes membros dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da seguridade social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social. ***(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))***

§ 2º Os membros do Conselho Nacional da Seguridade Social serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Conselho Nacional da Seguridade Social será presidido por um dos seus integrantes, eleito entre seus membros, que terá mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição, e disporá de uma Secretaria-Executiva, que se articulará com os conselhos setoriais de cada área.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social organizar-se-ão em conselhos setoriais, com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.

§ 6º O Conselho Nacional da Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até 7 (sete) dias para realização da reunião.

§ 7º As reuniões do Conselho Nacional da Seguridade Social serão iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo exigida para deliberação a maioria simples dos votos.

§ 8º Perderá o lugar no Conselho Nacional da Seguridade Social o membro que não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificado por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regimento.

§ 9º A vaga resultante da situação prevista no parágrafo anterior será preenchida através de indicação da entidade representada, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 10. ***(Revogado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))***

§ 11. As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores em atividade, decorrentes de sua participação no Conselho, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

Notas:

1. Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do disposto no Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 7º Compete ao Conselho Nacional da Seguridade Social:

I - estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VII do Art. 194 da [Constituição Federal](#);

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas;

III - apreciar e aprovar os termos dos convênios firmados entre a seguridade social e a rede bancária para a prestação dos serviços;

IV - aprovar e submeter ao Presidente da República os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social;

V - aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos a proposta orçamentária anual da Seguridade Social;

VI - estudar, debater e aprovar proposta de recomposição periódica dos valores dos benefícios e dos salários-de-contribuição, a fim de garantir, de forma permanente, a preservação de seus valores reais;

VII - zelar pelo fiel cumprimento do disposto nesta Lei e na legislação que rege a Seguridade Social, assim como pelo cumprimento de suas deliberações;

VIII - divulgar através do Diário Oficial da União, todas as suas deliberações;

IX - elaborar o seu regimento interno.

Notas:

1. Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#) Medida Provisória em vigor, em função do disposto no Art. 2º [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 8º As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por 3 (três) representantes, sendo 1 (um) da área da saúde, 1 (um) da área da previdência social e 1 (um) da área de assistência social.

Art. 9º As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social são objeto de leis específicas, que regulamentarão sua organização e funcionamento.

**TÍTULO VI -
DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 10. A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do Art. 195 da [Constituição Federal](#) e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- I - receitas da União;
- II - receitas das contribuições sociais;
- III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;
- b) as dos empregadores domésticos;
- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;
- d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

Nota:

O Art. 195 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), dispõe de forma mais abrangente acerca das contribuições sociais, como segue:

" Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física, que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o Art. 201."

CAPÍTULO I - DOS CONTRIBUINTES

Seção I - Dos Segurados

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

- c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;
- f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; (***Alínea acrescentada pela [Lei nº 8.647, de 13.4.93](#)***)

Nota:

O § 13 do Art. 40 da [Constituição Federal](#), acrescentado pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), vincula ao Regime Geral de Previdência Social o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas autarquias e fundações públicas, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; **(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.506, de 30.10.97](#))**

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; **(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; **(Acrescentado pela [LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004 - DOU DE 21/06/2004](#))**

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

III - **(Revogado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

IV - **(Revogado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

V - como contribuinte individual: **(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; **(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; **(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; **(Redação dada pela [Lei nº 10.403, de 8.1.2002](#))**

d) **(alínea revogada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; **(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; **(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; **(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; **(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))**

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda

que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

(Redação dada pela [Lei nº 8.398, de 7.1.92](#))

Nota:

O inciso XXXIII do Art. 7º da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), estabelece dezesseis anos como a idade mínima para o trabalho do menor.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição, sujeita a renovação anual, nos termos do Regulamento desta Lei, que será exigida:

(Redação dada pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#))

I - da pessoa física, referida no inciso V alínea “a” deste artigo, para fins de sua inscrição como segurado e habilitação aos benefícios de que trata a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#); *(Inciso acrescentado pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#))*

II - do segurado especial, referido no inciso VII deste artigo, para sua inscrição, comprovação da qualidade de segurado e do exercício de atividade rural e habilitação aos benefícios de que trata a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#). *(Inciso acrescentado pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#))*

§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

§ 5º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 6º Aplica-se o disposto na alínea *g* do inciso I do *caput* ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

Art. 13. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

§ 2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente

estabeleça acerca de sua contribuição. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

Art. 14. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do Art. 21, desde que não incluído nas disposições do Art. 12.

Notas:

1. O inciso XXXIII do Art. 7º da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), estabelece dezesseis anos como a idade mínima para o trabalho do menor.

2. O § 5º do Art. 201 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), veda a vinculação, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Seção II -

Da Empresa e do Empregador Doméstico

Art. 15. Considera-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional;

II - empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou

finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

CAPÍTULO II - DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO

Art. 16. A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

Parágrafo único. A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Art. 17. Para pagamento dos encargos previdenciários da União, poderão contribuir os recursos da Seguridade Social referidos na alínea “d” do parágrafo único do Art. 11 desta Lei, na forma da Lei Orçamentária anual, assegurada a destinação de recursos para as ações desta Lei de Saúde e Assistência Social. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

Art. 18. Os recursos da Seguridade Social referidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do parágrafo único do Art. 11 desta Lei poderão contribuir, a partir do exercício de 1992, para o financiamento das despesas com pessoal e administração geral apenas do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS, da Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA e da Fundação Centro Brasileira para Infância e Adolescência.

Nota:

O inciso XI do Art. 167 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo

Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o Art. 195, I, a e II, da [Constituição Federal](#) para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o Art. 201 da [Constituição Federal](#).

Art. 19. O Tesouro Nacional repassará mensalmente recursos referentes às contribuições mencionadas nas alíneas "d" e "e" do parágrafo único do Art. 11 desta Lei, destinados à execução do Orçamento da Seguridade Social. (Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

**CAPÍTULO III -
DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO**

Seção I -

Da Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso

Art. 20. A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma não cumulativa, observado o disposto no Art. 28, de acordo com a seguinte tabela: (Redação do caput dada pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))

Salário-de- contribuição	Alíquota em %
Até R\$ 249,80	8,00

de R\$ 249,81 até R\$ 416,33	9,00
de R\$ 416,34 até R\$ 832,66	11,00

(Valores e alíquotas dados pela [Lei nº 9.129, de 20.11.95](#))

Nota:

Valores atualizados, a partir de 1º de junho de 2003, pela [Portaria MPS nº 727, de 30.5.2003](#), como segue:

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
até 560,81	7,65*
de 560,82 até 720,00	8,65*
de 720,01 até 934,67	9,00
de 934,68 até 1.869,34	11,00

* Alíquota reduzida para salários e remunerações até três salários mínimos, em razão do disposto no inciso II do Art. 17 da [Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996](#), que instituiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e de Direitos de Natureza Financeira - CPMF.

§ 1º Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. (Redação dada pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que prestem serviços a microempresas. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))*

Seção II -

Da Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo

(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

I - *(Revogado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#));*

II - *(Revogado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#)).*

Parágrafo único. Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

Nota:

A [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), institui, a partir de 1º de abril de 2003, a obrigatoriedade da empresa descontar e recolher 11% da remuneração paga a contribuinte individual a seu serviço, limitado ao limite máximo do salário-de-contribuição, bem como a obrigatoriedade da complementação da contribuição por parte do contribuinte individual se o valor descontado pela empresa for inferior a limite mínimo do salário-de-contribuição (20% sobre a diferença), conforme segue:

"Art. 4º Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

§ 1º As cooperativas de trabalho arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual e recolherão o valor arrecadado até o dia quinze do mês seguinte ao de competência a que se referir.

§ 2º A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social-INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao contribuinte individual, quando contratado por outro contribuinte individual equiparado a empresa ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras, e nem ao brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

Art. 5º O contribuinte individual a que se refere o Art. 4º é obrigado a complementar, diretamente, a contribuição até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês, por serviços prestados a pessoas jurídicas, forem inferiores a este."

CAPÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no Art. 23, é de: - **(*)Nota: A Lei nº 9.317, de 5.12.96, dispôs sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte - SIMPLES.**

Notas:

1. A [Lei nº 9.317, de 5.12.1996](#), alterada pela [Lei nº 9.732, de 11.12.1998](#), dispõe sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES.

2. O empregador rural pessoa jurídica, inclusive a agroindústria, contribuirá, em substituição às contribuições previstas neste artigo, sobre o valor total da comercialização da produção rural, conforme disposto no Art. 25 da [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#), na redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#), e no Art. 22-B desta Lei, na redação da [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#).

3. O Art. 2º da [Lei nº 10.243, de 19.6.2001](#), ao dar nova redação ao § 2º do Art. 458 da [CLT](#), excluiu do conceito de salário as seguintes utilidades:

I - vestuários;

II - educação;

III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V - seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI - previdência privada.

Essa alteração, contudo, não repercute sobre a base de cálculo da contribuição de que trata os incisos I e II deste artigo

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou

sentença normativa. (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*) - (*)*Nota: A contribuição da empresa em relação às remunerações e retribuições pagas ou creditadas pelos serviços de segurados empresários, trabalhadores autônomos, avulsos e demais pessoas físicas, sem vínculo empregatício, está disciplinada pela Lei Complementar nº 84, de 18.1.96.*

Nota:

O custeio do salário-maternidade a que se refere o Art. 71-A. da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), acrescentado pela [Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002](#), é o previsto em seu Art. 4º, como segue:

"Art. 4º No caso das seguradas da previdência social adotantes, a alíquota para o custeio das despesas decorrentes desta Lei será a mesma que custeia as seguradas gestantes, disposta no inciso I do Art. 22 da [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#)."

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (*Redação dada pela [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#)*)

- a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;
- b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

Notas:

1. De acordo com os arts. 10 e 14 da [Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003](#),

estas alíquotas poderão sofrer redução, conforme segue:

" Art. 10. A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

.....
.....

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará o Art. 10 desta Lei no prazo de trezentos e sessenta dias."

2. A partir de 1º de abril de 2003, fica estabelecida contribuição adicional a cargo da empresa tomadora de serviço de cooperado filiado a cooperativa de trabalho e da cooperativa de produção, conforme estabelecido nos §§ 1º e 2º do Art. 1º da [Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003](#).

"Art. 1º As disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social aplicam-se, também, ao cooperado filiado à cooperativa de trabalho e de produção que trabalha sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a sua integridade física.

§ 1º Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria

especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 2º Será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente."

3. A partir de 1º.4.2003, a retenção de que trata o Art. 31 sofrerá acréscimo nas situações que permita a concessão de aposentadoria especial, conforme estabelecido no Art. 6º da [Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003](#), como segue:

"Art. 6º O percentual de retenção do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, a cargo da empresa contratante, é acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais, relativamente aos serviços prestados pelo segurado empregado cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente."

III - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços; (Inciso acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

IV - quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. (Inciso acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

§ 1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário,

sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no Art. 23, é devida a contribuição adicional de dois vírgula cinco por cento sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III deste artigo. (Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

§ 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 9º do Art. 28.

§ 3º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

Nota:

Atualmente Ministério da Previdência Social - MPS. Denominação instituída pelo Art. 25, inciso XVIII da [Medida Provisória nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida na [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#).

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiências física, sensorial e/ou mental com desvio do padrão médio.

Nota:

A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

§ 5º (Parágrafo revogado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

§ 6º A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a

cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 7º Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 8º Caberá à associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional informar à entidade promotora do espetáculo desportivo todas as receitas auferidas no evento, discriminando-as detalhadamente. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 9º No caso de a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional receber recursos de empresa ou entidade, a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, esta última ficará com a responsabilidade de reter e recolher o percentual de cinco por cento da receita bruta decorrente do evento, inadmitida qualquer dedução, no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, do Art. 30 desta Lei. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 10. Não se aplica o disposto nos §§ 6º ao 9º às demais associações desportivas, que devem contribuir na forma dos incisos I e II deste artigo e do Art. 23 desta Lei. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 11. O disposto nos §§ 6º a 9º aplica-se à associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional e que se organize na forma da [Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998](#). (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

§ 12. (VETADO) ([Lei nº 10.170, de 29.12.2000](#))

§ 13. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e

instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.170, de 29.12.2000](#))

Art. 22-A. A contribuição devida pela agroindústria, definida, para os efeitos desta Lei, como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição às previstas nos incisos I e II do Art. 22 desta Lei, é de: *(Artigo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))*

I - dois vírgula cinco por cento destinados à Seguridade Social;

II - zero vírgula um por cento para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade para o trabalho decorrente dos riscos ambientais da atividade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às operações relativas à prestação de serviços a terceiros, cujas contribuições previdenciárias continuam sendo devidas na forma do Art. 22 desta Lei.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a receita bruta correspondente aos serviços prestados a terceiros será excluída da base de cálculo da contribuição de que trata o caput.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às sociedades cooperativas e às agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura.

§ 5º O disposto no inciso I do Art. 3º da [Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991](#), não se aplica ao empregador de que trata este artigo, que contribuirá com o adicional de zero vírgula vinte e cinco por cento da receita bruta proveniente da comercialização da produção, destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). *(Artigo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))*

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.684, de 30.5.2003](#))*

§ 7º Aplica-se o disposto no § 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.684, de 30.5.2003](#))*

Art. 22-B. As contribuições de que tratam os incisos I e II do Art. 22 desta Lei são substituídas, em relação à remuneração paga, devida ou creditada ao trabalhador rural contratado pelo consórcio simplificado de produtores rurais de que trata o Art. 25A, pela contribuição dos respectivos produtores rurais, calculada na forma do Art. 25 desta Lei. *(Artigo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))*

Art. 23. As contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social, além do disposto no Art. 22, são calculadas mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I - 2% (dois por cento) sobre sua receita bruta, estabelecida segundo o disposto no § 1º do Art. 1º do [Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982](#), com a redação dada pelo Art. 22, do [Decreto-lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987](#), e alterações posteriores; - (*)*Nota: Esta alíquota, a partir de 01 de abril de 1992, por força da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, passou a incidir sobre o faturamento mensal.*

Notas:

1. *Esta alíquota, a partir de 1º de abril de 1992, por força da [Lei Complementar nº 70, de 30.12.1991](#), passou a incidir sobre o faturamento mensal.*

2. *Alíquota elevada para 3% , a partir de 1º de fevereiro de 1999, pela [Lei nº 9.718, de 27.11.1998](#).*

II - 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o Imposto de Renda, ajustado na forma do Art. 2º da [Lei nº 8.034, de 12 de abril de 1990](#). - (*)*Nota: A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, alterou a contribuição sobre o lucro líquido, passando a alíquota a ser de 8%.*

Notas:

1. *A [Lei nº 9.249, de 26.12.1995](#), alterou a contribuição sobre o lucro líquido, passando a alíquota a ser de 8% a partir de 1º de janeiro de 1996;*

2. *[Medida Provisória nº 2.037-25, de 21.12.2000](#), reeditada até a de [nº 2.158-35, de 24.8.2001](#), vigorando em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#), estabeleceu, em seu Art. 6º, os seguintes adicionais sobre a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL:*

I - de quatro pontos percentuais, relativamente aos fatos geradores ocorridos de 1º de maio de 1999 a 31 de janeiro de 2000;

II - de um ponto percentual, relativamente aos fatos geradores ocorridos de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de dezembro de 2002.

§ 1º No caso das instituições citadas no § 1º do Art. 22 desta Lei, a alíquota da contribuição prevista no inciso II é de 15% (quinze por cento).- *(*)Nota:*

Alíquota elevada em mais 8% pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e posteriormente reduzida para 18% por força da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Notas.:

1. Alíquota elevada em mais 8% pela [Lei Complementar nº 70, de 30.12.1991](#), e posteriormente reduzida para 18% por força da [Lei nº 9.249, de 26.12.1995](#).

2. Alíquota reduzida para 8% em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1999, de acordo com o Art. 7º da [Medida Provisória nº 2.037-25, de 21.12.2000](#), reeditada até a de [nº 2.158-35, de 24.8.2001](#), vigorando em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às pessoas de que trata o Art. 25.-

Obs: Este artigo trata de contribuições arrecadadas, cobradas, fiscalizadas e administradas pela Secretaria da Receita Federal, razão pela qual para obter informações atualizadas, deve ser consultado o site da SRF.

**CAPÍTULO V -
DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO**

Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

**CAPÍTULO VI -
DA CONTRIBUIÇÃO DO PRODUTOR RURAL E DO PESCADOR**

(Alterado pela [Lei nº 8.398, de 7.1.92](#))

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do Art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do Art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: *(Redação dada pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))*

I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção;
(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

II - 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no *caput*, poderá contribuir, facultativamente, na forma do Art. 21 desta Lei. *(Redação dada pela [Lei nº 8.540, de 22.12.92](#))*

§ 2º A pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do Art. 12 contribui, também, obrigatoriamente, na forma do Art. 21 desta Lei. *(Redação dada pela [Lei nº 8.540, de 22.12.92](#))*

§ 3º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.540, de 22.12.92](#))*

§ 4º Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.540, de 22.12.92](#)*)

Nota:

Atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Denominação instituída pelo Art. 25, Inciso I da [Medida Provisória nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida na [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#).

§ 5º (VETADO na [Lei nº 8.540, de 22.12.92](#))

§ 6º (*Parágrafo revogado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#)*)

§ 7º (*Parágrafo revogado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#)*)

§ 8º (*Parágrafo revogado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#)*)

§ 9º (VETADO na [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

Art. 25-A. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. (Artigo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

§ 1º O documento de que trata o caput deverá conter a identificação de cada produtor, seu endereço pessoal e o de sua propriedade rural, bem como o

respectivo registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou informações relativas a parceria, arrendamento ou equivalente e a matrícula no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de cada um dos produtores rurais. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

§ 2º O consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados os poderes, na forma do regulamento.

(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

§ 3º Os produtores rurais integrantes do consórcio de que trata o caput serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias.

(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

§ 4º (VETADO) (na [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#))

CAPÍTULO VII - DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS

Art. 26. Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo. (*Redação dada pela [Lei nº 8.436, de 25.6.92](#)*)

Notas:

1. A [Lei nº 9.288, de 1.7.1996](#), destinou 30% da renda líquida dos concursos de prognósticos ao Programa de Crédito Educativo.
2. Atualmente, 30% da renda líquida dos concursos de prognósticos constitui receita do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior - FIES (II, Art. 2º), criado pela [Medida Provisória nº 1.827, de 27.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.094-28, de 13.6.2001](#), quando foi convertida na [Lei nº 10.260, de 12.7.2001](#).

§ 1º Consideram-se concursos de prognósticos todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por renda líquida o total da arrecadação, deduzidos os valores destinados ao pagamento de prêmios, de impostos e de despesas com a administração, conforme fixado em lei, que inclusive estipulará o valor dos direitos a serem pagos às entidades desportivas pelo uso de suas denominações e símbolos.

§ 3º Durante a vigência dos contratos assinados até a publicação desta Lei com o Fundo de Assistência Social-FAS é assegurado o repasse à Caixa Econômica Federal-CEF dos valores necessários ao cumprimento dos mesmos.

CAPÍTULO VIII - DAS OUTRAS RECEITAS

Art. 27. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

I - as multas, a atualização monetária e os juros moratórios;

II - a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros;

III - as receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens;

IV - as demais receitas patrimoniais, industriais e financeiras;

V - as doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais;

VI - 50% (cinquenta por cento) dos valores obtidos e aplicados na forma do parágrafo único do Art. 243 da [Constituição Federal](#);

VII - 40% (quarenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal;

VIII - outras receitas previstas em legislação específica.

Parágrafo único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a [Lei nº 6.194, de dezembro de 1974](#), deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio recolhido e destinado ao Sistema Único de Saúde-SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Nota:

O parágrafo único do Art. 78 da [Lei nº 9.503, de 23.9.1997](#), altera a destinação da receita proveniente do DPVAT, regulamentado pelo [Decreto nº 2.867, de 28.12.1998](#), como segue:

“Art.

78.....
.....

Parágrafo único. O percentual de dez por cento do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social, do Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, de que trata a [Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974](#), serão repassados mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de que trata este artigo.”

CAPÍTULO IX - DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Nota:

O Art. 2º da [Lei nº 10.243, de 19.6.2001](#), ao dar nova redação ao § 2º do Art. 458 da [CLT](#), excluiu do conceito de salário as seguintes utilidades:

I - vestuários;

II - educação;

III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V - seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI - previdência privada.

Tal alteração, contudo, não repercute sobre o salário-de-contribuição de que trata este artigo.

II - para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;

III - para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o § 5º; (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

IV - para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o 5º. (*Inciso acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

§ 1º Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

§ 3º O limite mínimo do salário-de-contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês. (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

§ 4º O limite mínimo do salário-de-contribuição do menor aprendiz corresponde à sua remuneração mínima definida em lei.

§ 5º O limite máximo do salário-de-contribuição é de Cr\$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), reajustado a partir da data da entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

- (**Nota: Valor atualizado a partir de 1º de junho de 1998 para R\$ 1.081,50 (um mil, oitenta e um reais e cinquenta centavos).*)

Nota:

Valor atualizado, a partir de 1º de junho de 2003, pela [Portaria MPS nº 727, de 30.5.2003](#), para R\$ 1.869,34 (um mil oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

§ 6º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo a previdência complementar, pública e privada, em especial para os que possam contribuir acima do limite máximo estipulado no parágrafo anterior deste artigo.

Nota:

Em face da nova redação dada ao Art. 202 da [Constituição Federal](#), pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), o parágrafo está sem efeito no que se refere à previdência complementar pública.

§ 7º O décimo-terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento. *(Redação dada pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#))*

§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

- a) o total das diárias pagas, quando excedente a cinqüenta por cento da remuneração mensal; *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*
- b) *(VETADA na [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*
- c) *(Revogada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

- a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*
- b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da [Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973](#);

c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da [Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976](#);

Nota:

Atualmente Ministério do Trabalho e Emprego. Denominação instituída pela [Medida Provisória nº 1.795, de 1º.1.1999](#), reeditada até a de nº [2.216-37, de 31.8.2001](#). Posteriormente, foi editada nova [Medida Provisória com nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida na [Lei nº 10.683, de 28.5.2003](#).

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o Art. 137 da [Consolidação das Leis do Trabalho-CLT](#); (Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#), e de 6 a 9 acrescentados pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

1. previstas no inciso I do Art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
3. recebidas a título da indenização de que trata o Art. 479 da [CLT](#);
4. recebidas a título da indenização de que trata o Art. 14 da [Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973](#);
5. recebidas a título de incentivo à demissão;
6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da [CLT](#);

7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário;
8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada;
9. recebidas a título da indenização de que trata o Art. 9º da [Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984](#);

- f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;
- g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do Art. 470 da [CLT](#); (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)
- h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da [Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#);
- j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
- l) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP; (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)
- m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Nota:

Atualmente Ministério do Trabalho e Emprego. Denominação instituída

pela [Medida Provisória nº 1.795, de 1º.1.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Posteriormente, foi editada nova [Medida Provisória com nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida na [Lei nº 10.683, de 28.5.2003](#).

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o Art. 36 da [Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965](#); *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da [CLT](#); *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; *(Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente

comprovadas as despesas realizadas; (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do Art. 21 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (*Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#)*)

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no Art. 64 da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#); (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

x) o valor da multa prevista no § 8º do Art. 477 da [CLT](#). (*Alínea acrescentada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

§ 10. Considera-se salário-de-contribuição, para o segurado empregado e trabalhador avulso, na condição prevista no § 5º do Art. 12, a remuneração efetivamente auferida na entidade sindical ou empresa de origem.

(*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Art. 29. (*Artigo revogado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

Notas:

1. A [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#), estabeleceu, em seu Art. 4º, disposição transitória sobre salário-de-contribuição, para os contribuintes individuais (empresário, trabalhador autônomo, a este equiparado e segurado facultativo), como segue:

“Art. 4º Considera-se salário-de-contribuição, para os segurados contribuinte individual e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social até o dia anterior à data de publicação desta Lei, o salário-base, determinado conforme o Art. 29 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação vigente naquela data.

§ 1º O número mínimo de meses de permanência em cada classe da escala de salários-base de que trata o Art. 29 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação anterior à data de publicação desta Lei, será reduzido, gradativamente, em doze meses a cada ano, até a extinção da referida escala.

§ 2º Havendo a extinção de uma determinada classe em face do disposto no § 1º, a classe subsequente será considerada como classe inicial, cujo salário-base variará entre o valor correspondente ao da classe extinta e o da nova classe inicial.

§ 3º Após a extinção da escala de salários-base de que trata o § 1º, entender-se-á por salário-de-contribuição, para os segurados contribuinte individual e facultativo, o disposto nos incisos III e IV do Art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada por esta Lei.”

2. A partir de 1º de abril de 2003, está extinta a escala transitória de salários-base, conforme disposto no Art. 9º da [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), como segue:

“Art. 9º Fica extinta a escala transitória de salário-base, utilizada para fins de enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social, estabelecida pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99.](#)”

CAPÍTULO X - DA ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:
(Redação dada pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))

I - a empresa é obrigada a:

- a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;
- b) recolher o produto arrecadado na forma da alínea anterior, a contribuição a que se refere o inciso IV do Art. 22, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço, até o dia dois do mês seguinte ao da competência; (Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

Obs.: As contribuições a cargo da empresa estão disciplinadas no Art. 22 e respectivas notas.

- c) recolher as contribuições de que tratam os incisos I e II do Art. 23, na forma e prazos definidos pela legislação tributária federal vigente;

II - os segurados contribuinte individual e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência; (Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

Notas:

1. A [Lei nº 9.676, de 30.6.1998](#), facultou a trimestralidade do recolhimento das contribuições para segurados enquadrados até a classe 2 na escala de salários-base. Contudo, o [Decreto nº 2.664, de 10.7.1998](#), que a regulamentou, limitou o recolhimento trimestral para

valores até a classe 1, que à época correspondia ao valor do salário mínimo.

Obs.: Apesar da extinção da escala de salários-base pela [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), a trimestralidade está em vigor para recolhimento sobre o valor de um salário-mínimo.

2. A partir de 1º de abril de 2003, a empresa fica obrigada a descontar e arrecadar 11% da remuneração do contribuinte individual a seu serviço e recolhê-la juntamente com a contribuição a seu cargo, ficando o contribuinte individual obrigado a complementar até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês forem inferiores a este, cujo percentual será de 20%, conforme disposto nos arts. 4º e 5º da [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), como segue:

"Art. 4º Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

§ 1º As cooperativas de trabalho arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual e recolherão o valor arrecadado até o dia quinze do mês seguinte ao de competência a que se referir.

§ 2º A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao contribuinte individual, quando contratado por outro contribuinte individual equiparado a empresa ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras, e nem ao

brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

Art. 5º O contribuinte individual a que se refere o Art. 4º é obrigado a complementar, diretamente, a contribuição até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês, por serviços prestados a pessoas jurídicas, forem inferiores a este."

Obs.: Quando o contribuinte individual prestar serviços à entidade beneficente de assistência social isenta das contribuições sociais, a alíquota a ser descontada por esta será de 20% sobre a remuneração paga ao contribuinte individual.

III - a empresa adquirente, consumidora ou consignatária ou a cooperativa são obrigadas a recolher a contribuição de que trata o Art. 25, até o dia 2 do mês subsequente ao da operação de venda ou consignação da produção, independentemente de estas operações terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física, na forma estabelecida em regulamento; (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

IV - a empresa adquirente, consumidora ou consignatária ou a cooperativa ficam sub-rogadas nas obrigações da pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do Art. 12 e do segurado especial pelo cumprimento das obrigações do Art. 25 desta Lei, independentemente de as operações de venda ou consignação terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física, exceto no caso do inciso X deste artigo, na forma estabelecida em regulamento; (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

V - o empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como a parcela a

seu cargo, no prazo referido no inciso II deste artigo; (*Redação dada pela [Lei nº 8.444, de 20.7.92](#)*)

Nota:

A [Lei nº 9.676, de 30.6.1998](#), facultou a trimestralidade do recolhimento das contribuições para segurado empregado doméstico até o valor correspondente à classe 2 na escala de salários-base. Contudo, o [Decreto nº 2.664, de 10.7.1998](#), que a regulamentou, limitou o recolhimento trimestral para valores até a classe 1, que à época correspondia a um salário mínimo.

Obs.: Apesar da extinção da escala de salários-base pela [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), a trimestralidade está em vigor para recolhimento sobre o valor de um salário mínimo.

VI - o proprietário, o incorporador definido na [Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964](#), o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, qualquer que seja a forma de contratação da construção, reforma ou acréscimo, são solidários com o construtor, e estes com a subempreiteira, pelo cumprimento das obrigações para com a Seguridade Social, ressalvado o seu direito regressivo contra o executor ou contratante da obra e admitida a retenção de importância a este devida para garantia do cumprimento dessas obrigações, não se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem; (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

VII - exclui-se da responsabilidade solidária perante a Seguridade Social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar a operação com empresa de comercialização ou incorporador de imóveis, ficando estes solidariamente responsáveis com o construtor;

VIII - nenhuma contribuição à Seguridade Social é devida se a construção residencial unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico, for

executada sem mão-de-obra assalariada, observadas as exigências do regulamento;

IX - as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes desta Lei;

X - a pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do Art. 12 e o segurado especial são obrigados a recolher a contribuição de que trata o Art. 25 desta Lei no prazo estabelecido no inciso III deste artigo, caso comercializem a sua produção: *(Inciso alterado e alíneas acrescentadas pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

a) no exterior;

b) diretamente, no varejo, ao consumidor pessoa física;

c) à pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do Art. 12;

d) ao segurado especial;

XI - aplica-se o disposto nos incisos III e IV deste artigo à pessoa física não produtor rural que adquire produção para venda no varejo a consumidor pessoa física. *(Inciso acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 1º *(Revogado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

§ 2º Se não houver expediente bancário nas datas indicadas, o recolhimento deverá ser efetuado no dia útil imediatamente posterior. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))- Nota: Por força do disposto na Lei nº 9.063, de 14.6.95, esta disposição aplica-se somente ao contido no inciso II do art. 30.*

§ 3º Aplica-se à entidade sindical e à empresa de origem o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I, relativamente à remuneração do segurado referido no § 5º do Art. 12. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 4º Na hipótese de o contribuinte individual prestar serviço a uma ou mais empresas, poderá deduzir, da sua contribuição mensal, quarenta e cinco por

cento da contribuição da empresa, efetivamente recolhida ou declarada, incidente sobre a remuneração que esta lhe tenha pago ou creditado, limitada a dedução a nove por cento do respectivo salário-de-contribuição.

(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

§ 5º Aplica-se o disposto no § 4º ao cooperado que prestar serviço a empresa por intermédio de cooperativa de trabalho. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da empresa cedente da mão-de-obra, observado o disposto no § 5º do Art. 33. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

Nota:

A partir de 1º de abril de 2003, este percentual será acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais quando a atividade permitir a concessão de aposentadoria especial, conforme disposto no Art. 6º da [Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), como segue:

“Art. 6º O percentual de retenção do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, a cargo da empresa contratante, é acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais, relativamente aos serviços prestados pelo segurado empregado, cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.”

§ 1º O valor retido de que trata o **caput**, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, será compensado pelo respectivo estabelecimento da empresa cedente da mão-de-obra, quando do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 2º Na impossibilidade de haver compensação integral na forma do parágrafo anterior, o saldo remanescente será objeto de restituição. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação. *(Parágrafo renumerado e alterado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior, além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços: *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

I - limpeza, conservação e zeladoria;

II - vigilância e segurança;

III - empreitada de mão-de-obra;

IV - contratação de trabalho temporário na forma da [Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974](#).

§ 5º O cedente da mão-de-obra deverá elaborar folhas de pagamento distintas para cada contratante. *(Parágrafo renumerado e alterado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

Art. 32. A empresa é também obrigada a:

I - preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;

III - prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e ao Departamento da Receita Federal-DRF todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.

Nota:

Atualmente Secretaria da Receita Federal - SRF. Denominação instituída pela [Lei nº 8.490, de 19.11.1992](#).

IV - informar mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, por intermédio de documento a ser definido em regulamento, dados relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS. *(Inciso acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

V - (VETADO)

§ 1º O Poder Executivo poderá estabelecer critérios diferenciados de periodicidade, de formalização ou de dispensa de apresentação do documento a que se refere o inciso IV, para segmentos de empresas ou situações específicas. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 2º As informações constantes do documento de que trata o inciso IV, servirão como base de cálculo das contribuições devidas ao Instituto

Nacional do Seguro Social-INSS, bem como comporão a base de dados para fins de cálculo e concessão dos benefícios previdenciários. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 3º O regulamento disporá sobre local, data e forma de entrega do documento previsto no inciso IV. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 4º A não apresentação do documento previsto no inciso IV, independentemente do recolhimento da contribuição, sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente a multa variável equivalente a um multiplicador sobre o valor mínimo previsto no Art. 92, em função do número de segurados, conforme quadro abaixo: *(Parágrafo e tabela acrescentados pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

0 a 5 segurados	1/2 valor mínimo
6 a 15 segurados	1 x o valor mínimo
16 a 50 segurados	2 x o valor mínimo
51 a 100 segurados	5 x o valor mínimo
101 a 500 segurados	10 x o valor mínimo
501 a 1000 segurados	20 x o valor mínimo
1001 a 5000 segurados	35 x o valor mínimo
Acima de 5000 segurados	50 x o valor mínimo

§ 5º A apresentação do documento com dados não correspondentes aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente à multa de cem por cento do valor devido relativo à contribuição não declarada, limitada aos valores previstos no parágrafo anterior. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 6º A apresentação do documento com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena

administrativa de cinco por cento do valor mínimo previsto no Art. 92, por campo com informações inexatas, incompletas ou omissas, limitadas aos valores previstos no § 4º. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 7º A multa de que trata o § 4º sofrerá acréscimo de cinco por cento por mês calendário ou fração, a partir do mês seguinte àquele em que o documento deveria ter sido entregue. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 8º O valor mínimo a que se refere o § 4º será o vigente na data da lavratura do auto-de-infração. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 9º A empresa deverá apresentar o documento a que se refere o inciso IV, mesmo quando não ocorrerem fatos geradores de contribuição previdenciária, sob pena da multa prevista no § 4º. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 10. O descumprimento do disposto no inciso IV é condição impeditiva para expedição da prova de inexistência de débito para com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 11. Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa durante dez anos, à disposição da fiscalização. *(Parágrafo renumerado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

Nota:

O Art. 8º da [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), dispõe:

“Art. 8º A empresa que utiliza sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negócios e atividade econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza

contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária é obrigada a arquivar e conservar, devidamente certificados, os respectivos sistemas e arquivos, em meio digital ou assemelhado, durante dez anos, à disposição da fiscalização.”

Art. 33. Ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do Art. 11, bem como as contribuições incidentes a título de substituição; e à Secretaria da Receita Federal – SRF compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas *d* e *e* do parágrafo único do Art. 11, cabendo a ambos os órgãos, na esfera de sua competência, promover a respectiva cobrança e aplicar as sanções previstas legalmente. (*Redação dada [Lei nº 10.256, de 9.7.2001](#)*)

§ 1º É prerrogativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e do Departamento da Receita Federal-DRF o exame da contabilidade da empresa, não prevalecendo para esse efeito o disposto nos arts. 17 e 18 do [Código Comercial](#), ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados.

Nota:

Atualmente Secretaria da Receita Federal - SRF. Denominação instituída pela [Lei nº 8.490, de 19.11.1992](#).

§ 2º A empresa, o servidor de órgãos públicos da administração direta e indireta, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exhibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas nesta Lei.

§ 3º Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e o Departamento da Receita Federal-DRF podem, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

Nota:

Atualmente Secretaria da Receita Federal - SRF. Denominação instituída pela [Lei nº 8.490, de 19.11.1992](#).

§ 4º Na falta de prova regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída e ao padrão de execução da obra, cabendo ao proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.

§ 5º O desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadou em desacordo com o disposto nesta Lei.

§ 6º Se, no exame da escrituração contábil e de qualquer outro documento da empresa, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição indireta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário.

§ 7º O crédito da seguridade social é constituído por meio de notificação de débito, auto-de-infração, confissão ou documento declaratório de valores

devidos e não recolhidos apresentado pelo contribuinte. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Art. 34. As contribuições sociais e outras importâncias arrecadadas pelo INSS, incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento, pagas com atraso, objeto ou não de parcelamento, ficam sujeitas aos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia-SELIC, a que se refere o Art. 13 da [Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995](#), incidentes sobre o valor atualizado, e multa de mora, todos de caráter irrelevável. (*Artigo restabelecido, com nova redação dada e parágrafo único acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Parágrafo único. O percentual dos juros moratórios relativos aos meses de vencimentos ou pagamentos das contribuições corresponderá a um por cento.

Art. 35. Sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo INSS, incidirá multa de mora, que não poderá ser relevada, nos seguintes termos: (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

I - para pagamento, após o vencimento de obrigação não incluída em notificação fiscal de lançamento: (*Inciso e alíneas restabelecidas, com nova redação, pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

a) oito por cento, dentro do mês de vencimento da obrigação; (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

b) quatorze por cento, no mês seguinte; (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

c) vinte por cento, a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento da obrigação; (*Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

II - para pagamento de créditos incluídos em notificação fiscal de lançamento:

- a) vinte e quatro por cento, em até quinze dias do recebimento da notificação; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- b) trinta por cento, após o décimo quinto dia do recebimento da notificação; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- c) quarenta por cento, após apresentação de recurso desde que antecedido de defesa, sendo ambos tempestivos, até quinze dias da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- d) cinquenta por cento, após o décimo quinto dia da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, enquanto não inscrito em Dívida Ativa; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

III - para pagamento do crédito inscrito em Dívida Ativa:

- a) sessenta por cento, quando não tenha sido objeto de parcelamento; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- b) setenta por cento, se houve parcelamento; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- c) oitenta por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito não foi objeto de parcelamento; *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*
- d) cem por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito foi objeto de parcelamento. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

§ 1º Na hipótese de parcelamento ou reparcelamento, incidirá um acréscimo de vinte por cento sobre a multa de mora a que se refere o *caput* e seus incisos.

§ 2º Se houver pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor, o acréscimo previsto no parágrafo anterior não incidirá sobre a multa correspondente à parte do pagamento que se efetuar.

§ 3º O valor do pagamento parcial, antecipado, do saldo devedor de parcelamento ou do reparcelamento somente poderá ser utilizado para quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso e sobre a qual incidirá sempre o acréscimo a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 4º Na hipótese de as contribuições terem sido declaradas no documento a que se refere o inciso IV do Art. 32, ou quando se tratar de empregador doméstico ou de empresa ou segurado dispensados de apresentar o citado documento, a multa de mora a que se refere o *caput* e seus incisos será reduzida em cinquenta por cento. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#)*)

Art. 36. (*Revogado pela [Lei nº 8.218, de 29.8.91](#)*)

Art. 37. Constatado o atraso total ou parcial no recolhimento de contribuições tratadas nesta Lei, ou em caso de falta de pagamento de benefício reembolsado, a fiscalização lavrará notificação de débito, com discriminação clara e precisa dos fatos geradores, das contribuições devidas e dos períodos a que se referem, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Recebida a notificação do débito, a empresa ou segurado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa, observado o disposto em regulamento. (*Parágrafo renumerado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#)*)

§ 2º Por ocasião da notificação de débito ou, quando for o caso, da inscrição na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a fiscalização poderá proceder ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo, conforme dispuser aquela autarquia previdenciária, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º a 6º, 8º e 9º do Art. 64 da [Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997](#). (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.

Nota:

A [Lei nº 10.684, de 30.5.2003](#), permite que as empresas, inclusive órgãos públicos, e as pessoas físicas em débito com o INSS solicitem o parcelamento dos valores em até 180 meses. O prazo para a adesão termina em 31.7.2003.

§ 1º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do Art. 30 e as importâncias retidas na forma do Art. 31, independentemente do disposto no Art. 95. (Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

Nota:

O Art. 7º da [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), veda o parcelamento das contribuições, como segue:

“Art. 7º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições

descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais, as decorrentes da sub-rogação e as demais importâncias descontadas na forma da legislação previdenciária.”

§ 2º (Revogado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 3º A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea "j" do Art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

§ 4º As contribuições de que tratam os incisos I e II do Art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 5º Será admitido o reparcelamento por uma única vez. (Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 6º Sobre o valor de cada prestação mensal decorrente de parcelamento serão acrescidos, por ocasião do pagamento, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia-SELIC, a que se refere o Art. 13 da [Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995](#), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do 1º dia do mês da concessão do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês do pagamento. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 7º O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS fica condicionado ao pagamento da primeira parcela. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, não sendo paga a primeira parcela ou descumprida qualquer cláusula do acordo de parcelamento, proceder-se-á à inscrição da dívida confessada, salvo se já tiver sido inscrita na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à sua cobrança judicial. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

§ 9º O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá cláusula em que estes autorizem a retenção do Fundo de Participação dos Estados-FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios-FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))*

§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver o atraso superior a sessenta dias no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, a retenção do Fundo de Participação dos Estados-FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios-FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))*

Nota:

§ 10 com redação alterada desde a edição da [Medida Provisória nº 1.891-8, de 24.9.1999](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#):

“§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver a falta de pagamento de débitos vencidos ou de prestações de acordos de parcelamento, a retenção do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda.”

§ 11. Não é permitido o parcelamento de dívidas de empresa com falência decretada. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#)*)

Nota:

§§ 12, 13 e 14 acrescentados pela [Medida Provisória nº 1.891-8, de 24.9.1999](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

“§ 12. O acordo previsto neste artigo conterà cláusula em que o Estado, o Distrito Federal e o Município autorize a retenção do FPE e do FPM e o repasse à autarquia previdenciária do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

§ 13. Constará, ainda, no acordo mencionado neste artigo, cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção pelas instituições financeiras de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nelas depositadas e o repasse ao INSS do restante da dívida previdenciária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação do parcelamento e das obrigações previdenciárias correntes.

§ 14. O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com base na respectiva Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou, no caso de sua não-apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção prevista no § 12 deste artigo, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças.”

Art. 39. O débito original atualizado monetariamente, a multa variável e os juros de mora sobre ele incidentes, bem como outras multas previstas nesta Lei, devem ser lançadas em livro próprio destinado à inscrição na dívida ativa do INSS quanto às contribuições sociais cuja competência para arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento seja da

Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social; ou da Fazenda Nacional, quando esta competência for da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (Nova Redação dada pela [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 222, DE 4 DE OUTUBRO DE 2004 - DOU DE 5/10/2004](#))

Redação anterior

Art. 39. O débito original atualizado monetariamente, a multa variável e os juros de mora incidentes sobre o mesmo, bem como outras multas previstas nesta Lei, devem ser lançados em livro próprio destinado à inscrição na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e da Fazenda Nacional. (Redação dada pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))

§ 1º A certidão textual do livro de que trata este artigo serve de título para o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, por intermédio de seu procurador ou representante legal, promover em juízo a cobrança da dívida ativa, segundo o mesmo processo e com as mesmas prerrogativas e privilégios da Fazenda Nacional.

§ 2º Os órgãos competentes podem, antes de ajuizar a cobrança da dívida ativa, promover o protesto de título dado em garantia de sua liquidação, ficando, entretanto, ressalvado que o título será sempre recebido *pró solvendo*.

§ 3º O não recolhimento ou não parcelamento dos valores contidos no documento a que se refere o inciso IV do Art. 32 importará na inscrição na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS. (Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

Art. 40. (VETADO)

Art. 41. O dirigente de órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, responde pessoalmente pela multa aplicada por infração de dispositivos desta Lei e do seu regulamento, sendo obrigatório o respectivo desconto em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.

Art. 42. Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que se encontrarem em mora, por mais de 30 (trinta) dias, no recolhimento das contribuições previstas nesta Lei, tornam-se solidariamente responsáveis pelo respectivo pagamento, ficando ainda sujeitos às proibições do Art. 1º e às sanções dos arts. 4º e 7º do [Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968](#).

Art. 43. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social. *(Redação dada pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))*

Notas:

1. O § 3º do Art. 114 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), atribui competência à *Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no Art. 195, I, a, e II da [Constituição Federal](#), e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.*

2. A [Lei nº 10.035, de 25.10.2000](#), alterou a [CLT](#), para estabelecer os procedimentos, no âmbito da *Justiça do Trabalho, de execução das*

contribuições devidas à Previdência Social.

Parágrafo único. Nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))*

Art. 44. A autoridade judiciária velará pelo fiel cumprimento do disposto no artigo anterior, inclusive fazendo expedir notificação ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, dando-lhe ciência dos termos da sentença ou do acordo celebrado. *(Redação dada pela [Lei nº 8.620, de 5.1.93](#))*

Notas:

1. O § 3º do Art. 114 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), atribui competência à Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no Art. 195, I, a, e II da [Constituição Federal](#), e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.

2. A [Lei nº 10.035, de 25.10.2000](#), alterou a [CLT](#), para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social.

Art. 45. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 1º Para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, será exigido do contribuinte individual, a qualquer tempo, o recolhimento das correspondentes contribuições. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo anterior, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição do segurado. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

§ 3º No caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), a base de incidência será a remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime específico de previdência social a que estiver filiado o interessado, conforme dispuser o regulamento, observado o limite máximo previsto no Art. 28 desta Lei. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento. *(Redação dada pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

§ 5º O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue-se com o decurso do prazo de 180 dias, contado da intimação da referida decisão. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))*

§ 6º O disposto no § 4º não se aplica aos casos de contribuições em atraso a partir da competência abril de 1995, obedecendo-se, a partir de então, às disposições aplicadas às empresas em geral. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))*

Art. 46. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo anterior, prescreve em 10 (dez) anos.

CAPÍTULO XI - DA PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

Art. 47. É exigida Certidão Negativa de Débito-CND, fornecida pelo órgão competente, nos seguintes casos: *(Redação dada pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

I - da empresa:

a) na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedido por ele;

b) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo;

c) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de valor superior a Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) incorporado ao ativo permanente da empresa; - *(*)Nota: Valor atualizado a partir de 1º de junho de 1998, para R\$ 15.904,18 (quinze mil, novecentos e quatro reais e dezoito centavos).*

Nota:

Valor atualizado, a partir de 1º de junho de 2003, pela [Portaria MPS nº 727, de 30.5.2003](#), para R\$ 24.775,29 (vinte e quatro mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

d) no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil e transferência de controle de cotas de sociedades de responsabilidade limitada; *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

Nota:

De acordo com o inciso II do Art. 6º da [Lei nº 9.841, de 5.10.1999](#), as microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas da exigência estabelecida na alínea “d”.

II - do proprietário, pessoa física ou jurídica, de obra de construção civil, quando de sua averbação no registro de imóveis, salvo no caso do inciso VIII do Art. 30.

§ 1º A prova de inexistência de débito deve ser exigida da empresa em relação a todas as suas dependências, estabelecimentos e obras de construção civil, independentemente do local onde se encontrem, ressalvado aos órgãos competentes o direito de cobrança de qualquer débito apurado posteriormente.

§ 2º A prova de inexistência de débito, quando exigível ao incorporador, independe da apresentada no registro de imóveis por ocasião da inscrição do memorial de incorporação.

§ 3º Fica dispensada a transcrição, em instrumento público ou particular, do inteiro teor do documento comprobatório de inexistência de débito, bastando a referência ao seu número de série e data da emissão, bem como a guarda do documento comprobatório à disposição dos órgãos competentes.

§ 4º O documento comprobatório de inexistência de débito poderá ser apresentado por cópia autenticada, dispensada a indicação de sua finalidade, exceto no caso do inciso II deste artigo.

§ 5º O prazo de validade da Certidão Negativa de Débito - CND é de sessenta dias, contados da sua emissão, podendo ser ampliado por regulamento para até cento e oitenta dias. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 6º Independe de prova de inexistência de débito:

- a) a lavratura ou assinatura de instrumento, ato ou contrato que constitua retificação, ratificação ou efetivação de outro anterior para o qual já foi feita a prova;
- b) a constituição de garantia para concessão de crédito rural, em qualquer de suas modalidades, por instituição de crédito pública ou privada, desde que o contribuinte referido no Art. 25, não seja responsável direto pelo recolhimento de contribuições sobre a sua produção para a Seguridade Social;
- c) a averbação prevista no inciso II deste artigo, relativa a imóvel cuja construção tenha sido concluída antes de 22 de novembro de 1966.

§ 7º O condômino adquirente de unidades imobiliárias de obra de construção civil não incorporada na forma da [Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964](#), poderá obter documento comprobatório de inexistência de débito, desde que comprove o pagamento das contribuições relativas à sua unidade, conforme dispuser o regulamento.

§ 8º No caso de parcelamento, a Certidão Negativa de Débito-CND somente será emitida mediante a apresentação de garantia, ressalvada a hipótese prevista na alínea "a" do inciso I deste artigo. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

Art. 48. A prática de ato com inobservância do disposto no artigo anterior, ou o seu registro, acarretará a responsabilidade solidária dos contratantes e do oficial que lavrar ou registrar o instrumento, sendo o ato nulo para todos os efeitos.

§ 1º Os órgãos competentes podem intervir em instrumento que depender de prova de inexistência de débito, a fim de autorizar sua lavratura, desde que o débito seja pago no ato ou o seu pagamento fique assegurado

mediante confissão de dívida fiscal com o oferecimento de garantias reais suficientes, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Em se tratando de alienação de bens do ativo de empresa em regime de liquidação extrajudicial, visando à obtenção de recursos necessários ao pagamento dos credores, independentemente do pagamento ou da confissão de dívida fiscal, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS poderá autorizar a lavratura do respectivo instrumento, desde que o valor do crédito previdenciário conste, regularmente, do quadro geral de credores, observada a ordem de preferência legal. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))*

§ 3º O servidor, o serventuário da Justiça, o titular de serventia extrajudicial e a autoridade ou órgão que infringirem o disposto no artigo anterior incorrerão em multa aplicada na forma estabelecida no Art. 92, sem prejuízo da responsabilidade administrativa e penal cabível. *(Parágrafo renumerado e alterado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))*

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. A matrícula da empresa será feita:

I - simultaneamente com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

II - perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no prazo de 30 (trinta) dias contados do início de suas atividades, quando não sujeita a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ. *(Redação dada pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))*

§ 1º Independentemente do disposto neste artigo, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS procederá à matrícula:

- a) de ofício, quando ocorrer omissão;
- b) de obra de construção civil, mediante comunicação obrigatória do responsável por sua execução, no prazo do inciso II.

§ 2º A unidade matriculada na forma do inciso II e do § 1º deste artigo receberá “Certificado de Matrícula” com número cadastral básico, de caráter permanente.

§ 3º O não cumprimento do disposto no inciso II e na alínea “b” do § 1º deste artigo, sujeita o responsável a multa na forma estabelecida no Art. 92 desta Lei.

§ 4º O Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC, através das Juntas Comerciais, bem como os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, prestarão, obrigatoriamente, ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS todas as informações referentes aos atos constitutivos e alterações posteriores relativos a empresas e entidades neles registradas, conforme o disposto em regulamento.

Art. 50. Para fins de fiscalização do INSS, o Município, por intermédio do órgão competente, fornecerá relação de alvarás para construção civil e documentos de “habite-se” concedidos. *(Redação dada pela [Lei nº 9.476, de 23.7.97](#))*

Art. 51. O crédito relativo a contribuições, cotas e respectivos adicionais ou acréscimos de qualquer natureza arrecadados pelos órgãos competentes, bem como a atualização monetária e os juros de mora, estão sujeitos, nos processos de falência, concordata ou concurso de credores, às disposições atinentes aos créditos da União, aos quais são equiparados.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS reivindicará os valores descontados pela empresa de seus empregados e ainda não recolhidos.

Art. 52. À empresa em débito para com a Seguridade Social é proibido:

I - distribuir bonificação ou dividendo a acionista;

II - dar ou atribuir cota ou participação nos lucros a sócio-cotista, diretor ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento.

Parágrafo único. A infração do disposto neste artigo sujeita o responsável à multa de 50% (cinquenta por cento) das quantias que tiverem sido pagas ou creditadas a partir da data do evento, atualizadas na forma prevista no Art. 34.

Art. 53. Na execução judicial da dívida ativa da União, suas autarquias e fundações públicas, será facultado ao exeqüente indicar bens à penhora, a qual será efetivada concomitantemente com a citação inicial do devedor.

§ 1º Os bens penhorados nos termos deste artigo ficam desde logo indisponíveis.

§ 2º Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, independentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também às execuções já processadas.

§ 4º Não sendo opostos embargos, no caso legal, ou sendo eles julgados improcedentes, os autos serão conclusos ao juiz do feito, para determinar o prosseguimento da execução.

Art. 54. Os órgãos competentes estabelecerão critério para a dispensa de constituição ou exigência de crédito de valor inferior ao custo dessa medida.

Art. 55. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente:

I - seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;

II - seja portadora do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos; (*Redação dada pela [Lei nº 9.429, de 26.12.1996](#)*)

Nota:

Redação do inciso II alterada a partir da edição da [Medida Provisória nº 2.129-6, de 23.2.2001](#), reeditada até a [de nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#), como segue:

“II - seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;”

III - promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes,

idosos e portadores de deficiência; (*Inciso alterado pelo Art. 1º da [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#)*)

IV-não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;

V - aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais apresentando, anualmente ao órgão do INSS competente, relatório circunstanciado de suas atividades. (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

§ 1º Ressalvados os direitos adquiridos, a isenção de que trata este artigo será requerida ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para despachar o pedido.

§ 2º A isenção de que trata este artigo não abrange empresa ou entidade que, tendo personalidade jurídica própria, seja mantida por outra que esteja no exercício da isenção.

§ 3º Para os fins deste artigo, entende-se por assistência social beneficente a prestação gratuita de benefícios e serviços a quem dela necessitar. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#)*)

§ 4º O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS cancelará a isenção se verificado o descumprimento do disposto neste artigo. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#)*)

§ 5º Considera-se também de assistência social beneficente, para os fins deste artigo, a oferta e a efetiva prestação de serviços de pelo menos sessenta por cento ao Sistema Único de Saúde, nos termos do regulamento. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#)*)

Notas:

1. § 6º acrescentado a partir da [Medida Provisória nº 2.129-6, de 23.2.2001](#), reeditada até a [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória

em vigor, em função do disposto no Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#), como segue:

“§ 6º A inexistência de débitos em relação às contribuições sociais é condição necessária ao deferimento e à manutenção da isenção de que trata este artigo, em observância ao disposto no § 3º do Art. 195 da [Constituição Federal](#).”

2. A [Lei nº 9.732, de 11.12.98](#), dispõe, ainda, sobre o assunto, como segue:

“Art. 4º As entidades sem fins lucrativos educacionais e as que atendam ao Sistema Único de Saúde, mas não pratiquem de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozarão da isenção das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 1991, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes e do valor do atendimento à saúde de caráter assistencial, desde que satisfaçam os requisitos referidos nos incisos I, II, IV e V do Art. 55 da citada Lei, na forma do regulamento.”

“Art. 5º O disposto no Art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991, na sua nova redação, e no Art. 4º desta Lei terá aplicação a partir da competência abril de 1999.”

“Art. 7º Fica cancelada, a partir de 1º de abril de 1999, toda e qualquer isenção concedida, em caráter geral ou especial, de contribuição para a Seguridade Social em desconformidade com o Art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991, na sua nova redação, ou com o Art. 4º desta Lei.”

3. O Supremo Tribunal Federal referendou em 11.11.1999 a concessão da medida liminar para suspender, até a decisão final da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2028-5, a eficácia do Art. 1º, na parte em que alterou a redação do Art. 55, inciso III, da Lei nº 8.212, de 1991, e acrescentou-lhe os §§ 3º, 4º e 5º, bem como dos arts. 4º, 5º e 7º, da [Lei nº 9732, de 11.12.1998](#).

4. A [Lei nº 10.260, de 12.7.2001](#), que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, impõe às instituições de ensino superior ali mencionadas a obrigação de aplicarem em bolsa de estudo o equivalente à contribuição calculada nos termos do Art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, como segue:

“ Art. 19. A partir do primeiro semestre de 2001, sem prejuízo do cumprimento das demais condições estabelecidas nesta Lei, as instituições de ensino enquadradas no Art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ficam obrigadas a aplicar o equivalente à contribuição calculada nos termos do Art. 22 da referida Lei na concessão de bolsas de estudo, no percentual igual ou superior a 50% dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino, a alunos comprovadamente carentes e regularmente matriculados.”

Obs: Em 01.02.2002, foi concedida liminar na ADIN nº 2545-7, para suspender, com eficácia ex tunc, o inciso IV do Art. 12 e Art. 19 e seus §§ 1º, 2º 3º, 4º e 5º da [Lei nº 10.260, de 12.07.2001](#).

5. A [Lei nº 10.260, de 12.07.2001](#), também estabelece a destinação e as condições de aceitação pelo INSS dos títulos da dívida pública federal emitidos em favor do FIES, na forma dos arts 10 a 12.

Art. 56. A inexistência de débitos em relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, a partir da publicação desta Lei, é condição necessária para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União.

Parágrafo único. Para o recebimento do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, bem como a consecução dos demais instrumentos citados no *caput* deste artigo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão apresentar os comprovantes de recolhimento das suas contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS referentes aos 3 (três) meses imediatamente anteriores ao mês previsto para a efetivação daqueles procedimentos.

Nota:

Parágrafo único revogado pela [Medida Provisória nº 2.043-20, de 28.7.2000](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor em função do disposto no Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

Art. 57. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão, igualmente, obrigados a apresentar, a partir de 1º de junho de 1992, para os fins do disposto no artigo anterior, comprovação de pagamento da parcela mensal referente aos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, existentes até 1º de setembro de 1991, renegociados nos termos desta Lei.

Art. 58. Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

§ 1º Para apuração dos débitos será considerado o valor original atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos. (*Renumerado pela [Lei nº 8.444, de 20.7.92](#)*)

§ 2º As contribuições descontadas até 30 de junho de 1992 dos segurados que tenham prestado serviços aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios poderão ser objeto de acordo para parcelamento em até doze

meses, não se lhes aplicando o disposto no § 1º do artigo 38 desta Lei.

(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.444, de 20.7.92](#))

Art. 59. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS implantará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei, sistema próprio e informatizado de cadastro dos pagamentos e débitos dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e das Prefeituras Municipais, que viabilize o permanente acompanhamento e fiscalização do disposto nos arts. 56, 57 e 58 e permita a divulgação periódica dos devedores da Previdência Social.

Art. 60. A arrecadação da receita prevista nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do Art. 11, e o pagamento dos benefícios da Seguridade Social serão realizados através da rede bancária ou por outras formas, nos termos e condições aprovados pelo Conselho Nacional de Seguridade Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Parágrafo único. Os recursos da Seguridade Social serão centralizados em banco estatal federal que tenha abrangência em todo o País.

Nota:

Parágrafo único revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.782, de 14.12.1998](#), reeditada até a de [nº 2.170-36, de 23.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

Art. 61. As receitas provenientes da cobrança de débitos dos Estados e Municípios e da alienação, arrendamento ou locação de bens móveis ou imóveis pertencentes ao patrimônio do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, deverão constituir reserva técnica, de longo prazo, que garantirá o seguro social estabelecido no Plano de Benefícios da Previdência Social.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos de que trata este artigo, para cobrir despesas de custeio em geral, inclusive as decorrentes de criação, majoração ou extensão dos benefícios ou serviços da Previdência Social, admitindo-se sua utilização, excepcionalmente, em despesas de capital, na forma da lei de orçamento.

Art. 62. A contribuição estabelecida na [Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966](#), em favor da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO, será de 2% (dois por cento) da receita proveniente da contribuição a cargo da empresa, a título de financiamento da complementação das prestações por acidente do trabalho, estabelecida no inciso II do Art. 22.

Nota:

O inciso XI do Art. 167 da [Constituição Federal](#), na redação dada pelo Art. 1º da [Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#), veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o Art. 195, I, a e II, da [Constituição Federal](#) para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o Art. 201.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo poderão contribuir para o financiamento das despesas com pessoal e administração geral da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho-Fundacentro. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#)*)

**TÍTULO VIII -
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**CAPÍTULO I -
DA MODERNIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 63. Fica instituído o Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador-CNT, criado na forma dos [Decretos nºs 97.936, de 10 de julho de 1989](#) e [99.378, de 11 de julho de 1990](#).

Parágrafo único. O Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador é vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, que assegurará condições para o seu funcionamento.

Nota:

Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

Art. 64 Ao Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador incumbe supervisionar e fiscalizar os trabalhos de implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, bem como sugerir as medidas legais e administrativas que permitam, no prazo máximo de 4 (quatro) anos a contar da data de

publicação desta Lei, a existência na Administração Pública Federal de cadastro completo dos trabalhadores e das empresas.

Nota:

Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

Art. 65. O Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador terá 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social para mandato de 4 (quatro) anos, sendo:

I - 6 (seis) representantes do Governo Federal;

II - 3 (três) representantes indicados pelas centrais sindicais ou confederações nacionais de trabalhadores;

III - 3 (três) representantes das Confederações Nacionais de Empresários.

§ 1º A presidência do Conselho Gestor será exercida por um de seus membros, eleito para mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução.

§ 2º O Conselho Gestor tomará posse no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Lei.

§ 3º No prazo de até 60 (sessenta) dias após sua posse, o Conselho Gestor aprovará seu regimento interno e o cronograma de implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador-CNT, observado o prazo limite estipulado no Art. 64.

Nota:

Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de](#)

[13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). *Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).*

Art. 66. Os órgãos públicos federais, da administração direta, indireta ou fundacional envolvidos na implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador-CNT se obrigam, nas respectivas áreas, a tomar as providências necessárias para o cumprimento dos prazos previstos nesta Lei, bem como do cronograma a ser aprovado pelo Conselho Gestor.

Nota:

*Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). *Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).**

Art. 67. Até que seja implantado o Cadastro Nacional do Trabalhador-CNT, as instituições e órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, detentores de cadastros de empresas e de contribuintes em geral, deverão colocar à disposição do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, mediante a realização de convênios, todos os dados necessários à permanente atualização dos cadastros da Previdência Social.

Art. 68. O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais fica obrigado a comunicar, ao INSS, até o dia 10 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo da relação constar a filiação, a data e o local de nascimento da pessoa falecida. *(Redação dada pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#))*

§ 1º No caso de não haver sido registrado nenhum óbito, deverá o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais comunicar este fato ao INSS

no prazo estipulado no *caput* deste artigo. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 8.870, de 15.4.94](#)*)

§ 2º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o Titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à penalidade prevista no Art. 92 desta Lei. (*Redação dada pela [Lei nº 9.476, de 23.7.97](#)*)

Nota:

Foram acrescentados os §§ 3º e 4º ao Art. 68, pela [Medida Provisória nº 2.060-3, de 21.12.2000](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

“§ 3º A comunicação deverá ser feita por meio de formulários para cadastramento de óbito, conforme modelo aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 4º No formulário para cadastramento de óbito deverá constar, além dos dados referentes à identificação do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, pelo menos uma das seguintes informações relativas à pessoa falecida:

- a) número de inscrição do PIS/PASEP;***
- b) número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual, ou número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS;***
- c) número do CPF;***
- d) número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor;***
- e) número do título de eleitor;***
- f) número do registro de nascimento ou casamento, com informação do livro, da folha e do termo;***
- g) número e série da Carteira de Trabalho.”***

Art. 69. O Ministério da Previdência e Assistência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS manterão programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas existentes. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

Nota:

Atualmente Ministério da Previdência Social - MPS. Denominação instituída pelo Art. 25, Inciso XVIII da [Medida Provisória nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida, na [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#).

§ 1º Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Previdência Social notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de trinta dias. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 2º A notificação a que se refere o parágrafo anterior far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não comparecendo o beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao beneficiário por edital resumido publicado uma vez em jornal de circulação na localidade. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela notificação postal ou pelo edital, sem que tenha havido resposta, ou caso seja considerada pela Previdência Social como insuficiente ou improcedente a defesa apresentada, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao beneficiário. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 4º Para efeito do disposto no caput deste artigo, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS procederão, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, ao recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social. *(Acrescentado pela [LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004 - DOU DE 21/06/2004](#))*

Nota:

O Art. 11 da [Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002](#), convertida na [Lei nº 10.666, de 8.5.2003](#), dispõe:

"Art. 11.O Ministério da Previdência Social e o INSS manterão programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas existentes.

§ 1º Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Previdência Social notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de dez dias.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não comparecendo o beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao beneficiário.

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela notificação postal, sem que tenha havido resposta, ou caso seja considerada pela Previdência Social como insuficiente ou improcedente a defesa apresentada, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao beneficiário."

Art. 70. Os beneficiários da Previdência Social, aposentados por invalidez, ficam obrigados, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a submeterem-se a exames médico-periciais, estabelecidos na forma do regulamento, que definirá sua periodicidade e os mecanismos de fiscalização e auditoria.

Nota:

O Art. 101 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), na redação dada pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#), dispõe:

“Art. 101. O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.”

Art. 71. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá rever os benefícios, inclusive os concedidos por acidente do trabalho, ainda que concedidos judicialmente, para avaliar a persistência, atenuação ou agravamento da incapacidade para o trabalho alegada como causa para a sua concessão.

Parágrafo único. Será cabível a concessão de liminar nas ações rescisórias e revisional, para suspender a execução do julgado rescindendo ou revisando, em caso de fraude ou erro material comprovado. *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#))*

Art. 72. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS promoverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, a revisão das indenizações associadas a benefícios por acidentes do trabalho, cujos valores excedam a Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros).

Art. 73. O setor encarregado pela área de benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para acompanhamento e avaliação das concessões de benefícios realizadas pelos órgãos locais de atendimento.

Art. 74. Os postos de benefícios deverão adotar como prática o cruzamento das informações declaradas pelos segurados com os dados de cadastros de empresas e de contribuintes em geral quando da concessão de benefícios.

Art. 75. (Revogado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

Art. 76. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá proceder ao recadastramento de todos aqueles que, por intermédio de procuração, recebem benefícios da Previdência Social.

Parágrafo único. O documento de procuração deverá, a cada semestre, ser revalidado pelos órgãos de atendimento locais.

Art. 77. Fica autorizada a criação de Conselhos Municipais de Previdência Social, órgãos de acompanhamento e fiscalização das ações na área previdenciária, com a participação de representantes da comunidade.

Parágrafo único. As competências e o prazo para a instalação dos Conselhos referidos no *caput* deste artigo serão objeto do regulamento desta Lei.

Nota:

Artigo revogado desde a edição da [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#)

Art. 78. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, na forma da legislação específica, fica autorizado a contratar auditorias externas, periodicamente, para analisar e emitir parecer sobre demonstrativos econômico-financeiros e contábeis, arrecadação, cobrança e fiscalização das contribuições, bem como pagamento dos benefícios, submetendo os resultados obtidos à apreciação do Conselho Nacional da Seguridade Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 79. (Artigo revogado pela [Lei nº 9.711, de 20.11.98](#))

Art. 80. Fica o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS obrigado a:

I - enviar às empresas e aos contribuintes individuais, quando solicitado, extratos de recolhimento das suas contribuições;

II - emitir automaticamente e enviar às empresas avisos de cobrança de débitos;

III - emitir e enviar aos beneficiários o Aviso de Concessão de Benefício, além da memória de cálculo do valor dos benefícios concedidos;

IV - reeditar versão atualizada, nos termos do Plano de Benefícios, da Carta dos Direitos dos Segurados;

V - divulgar, com a devida antecedência, através dos meios de comunicação, alterações porventura realizadas na forma de contribuição das empresas e segurados em geral;

VI - descentralizar, progressivamente, o processamento eletrônico das informações, mediante extensão dos programas de informatização de postos de atendimento e de Regiões Fiscais.

VII - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e

despesas do regime geral de previdência social, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. (Acrescentado pela [LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004 - DOU DE 21/06/2004](#))

Art. 81. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS divulgará, trimestralmente, lista atualizada dos devedores das contribuições previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do Art. 11, bem como relatório circunstanciado das medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida.

§ 1º O relatório a que se refere o *caput* deste artigo será encaminhado aos órgãos da administração federal direta e indireta, às entidades controladas direta ou indiretamente pela União, aos registros públicos, cartórios de registro de títulos e documentos, cartórios de registro de imóveis e ao sistema financeiro oficial, para os fins do § 3º do Art. 195 da [Constituição Federal](#) e da [Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988](#).

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fica autorizado a firmar convênio com os governos estaduais e municipais para extensão, àquelas esferas de governo, das hipóteses previstas no Art. 1º da [Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988](#).

Nota:

Atualmente Ministério da Previdência Social - MPS. Denominação instituída pelo Art. 25, inciso XVIII, da [Medida Provisória nº 103, de 1º.1.2003](#), convertida na [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#).

Art. 82. A Auditoria e a Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverão, a cada trimestre, elaborar relação das auditorias realizadas e dos trabalhos executados, bem como dos resultados obtidos, enviando-a a apreciação do Conselho Nacional da Seguridade Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#)

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 83. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá implantar um programa de qualificação e treinamento sistemático de pessoal, bem como promover a reciclagem e redistribuição de funcionários conforme as demandas dos órgãos regionais e locais, visando a melhoria da qualidade do atendimento e o controle e a eficiência dos sistemas de arrecadação e fiscalização de contribuições, bem como de pagamento de benefícios.

Art. 84. O Conselho Nacional da Seguridade Social, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir de sua instalação, criará comissão especial para acompanhar o cumprimento, pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, das providências previstas nesta Lei, bem como de outras destinadas à modernização da Previdência Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#)

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que

dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

CAPÍTULO II - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 85. O Conselho Nacional da Seguridade Social será instalado no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#)

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 85-A. Os tratados, convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes, e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial.
(Artigo acrescentado pela [Lei nº 9.876, de 26.11.99](#))

Art. 86. Enquanto não for aprovada a Lei de Assistência Social, o representante do conselho setorial respectivo será indicado pelo Conselho Nacional da Seguridade Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de](#)

13.5.1999, reeditada até a de nº 2.216-37, de 31.8.2001. Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001.

2. A nova estrutura do MPS constante da Lei nº 10.683, 28.5.2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 87. Os orçamentos das pessoas jurídicas de direito público e das entidades da administração pública indireta devem consignar as dotações necessárias ao pagamento das contribuições da Seguridade Social, de modo a assegurar a sua regular liquidação dentro do exercício.

Art. 88. Os prazos de prescrição de que goza a União aplicam-se à Seguridade Social, ressalvado o disposto no Art. 46.

Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido. *(Redação dada ao caput e parágrafos pela Lei nº 9.129, de 20.11.95)*

§ 1º Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, o valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do Art. 11 desta Lei.

§ 3º Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a trinta por cento do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas atualizadas monetariamente.

§ 5º Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios.

Art. 90. O Conselho Nacional da Seguridade Social, dentro de 180 (cento e oitenta) dias da sua instalação, adotará as providências necessárias ao levantamento das dívidas da União para com a Seguridade Social.

Notas:

1. O Conselho Nacional da Seguridade Social foi extinto com a revogação do Art. 6º desta Lei pela [Medida Provisória nº 1.799-5, de 13.5.1999](#), reeditada até a de [nº 2.216-37, de 31.8.2001](#). Medida Provisória em vigor, em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#)

2. A nova estrutura do MPS constante da [Lei nº 10.683, 28.5.2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, já não prevê a existência do CNSS.

Art. 91. Mediante requisição da Seguridade Social, a empresa é obrigada a descontar, da remuneração paga aos segurados a seu serviço, a importância proveniente de dívida ou responsabilidade por eles contraída junto à Seguridade Social, relativa a benefícios pagos indevidamente.

Art. 92. A infração de qualquer dispositivo desta Lei para a qual não haja penalidade expressamente cominada sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, a multa variável de Cr\$ 100.000,00 (cem mil

cruzeiros) a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), conforme dispuser o regulamento.- *(*)Nota: Valores atualizados pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98 a partir de 1º.6.98, para, respectivamente R\$ 636,17 (seiscentos e trinta e seis reais e dezessete centavos) a R\$ 63.617,35 (sessenta e três mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).*

Nota:

Valores atualizados, a partir de 1º de junho 2003, pela [Portaria MPS nº 727, de 30.5.2003](#), para R\$ 991,03 (novecentos e noventa e um reais e três centavos) a R\$ 99.102,12 (noventa e nove mil cento e dois reais e doze centavos).

Art. 93. (*Caput* revogado pela [Lei nº 9.639, de 25.5.98](#))

Parágrafo único. A autoridade que reduzir ou relevar multa recorrerá de ofício para autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em regulamento

Art. 94. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS poderá arrecadar e fiscalizar, mediante remuneração de 3,5% do montante arrecadado, contribuição por lei devida a terceiros, desde que provenha de empresa, segurado, aposentado ou pensionista a ele vinculado, aplicando-se a essa contribuição, no que couber, o disposto nesta Lei. (*Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Nota:

De acordo com o Art. 4º da [Lei nº 9.766, de 18.12.1998](#), no caso de salário-educação, a taxa de administração será de 1% (um por cento).

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, às contribuições que tenham a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições incidentes sobre a remuneração paga ou creditada a

segurados, ficando sujeitas aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios, inclusive no que se refere à cobrança judicial.

Art. 95. Caput. Revogado”

“a) revogada;”

“b) revogada;”

“c) revogada;”

“d) revogada;”

“e) revogada;”

“f) revogada;” -**Nota: Sem efeito para o auxílio-natalidade a partir de 1.1.96, por força de disposto na Lei nº 8.742, de 7.12.93. (Revogado pela Lei nº 9.983, de 14.7.2000).**

“g) revogada;”

“h) revogada;”

“i) revogada;”

“j) revogada;”

“§ 1º Revogado.”

Notas:

1. O caput e suas alíneas, bem como os §§ 1º, 3º, 4º e 5º foram revogados pela [Lei nº 9.983, de 14.7.2000](#).

2. Com a revogação deste artigo, os crimes contra a Previdência Social passaram a ser disciplinados pelo Código Penal ([Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940](#)), com as alterações da [Lei nº 9.983, de 14.7.2000](#).

§ 2º A empresa que transgredir as normas desta Lei, além das outras sanções previstas, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

- b) à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;*
- c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;*
- d) à interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual;*
- e) à desqualificação para impetrar concordata;*
- f) à cassação de autorização para funcionar no país, quando for o caso.*

“§ 3º Revogado.”

“§ 4º Revogado.”

“§ 5º Revogado.”

Art. 96. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, anualmente, acompanhando a Proposta Orçamentária da Seguridade Social, projeções atuariais relativas à Seguridade Social, abrangendo um horizonte temporal de, no mínimo, 20 (vinte) anos, considerando hipóteses alternativas quanto às variáveis demográficas, econômicas e institucionais relevantes.

Art. 97. Fica o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS autorizado a proceder a alienação ou permuta, por ato da autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais. *(Redação dada pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 1º Na alienação a que se refere este artigo será observado o disposto no Art. 18 e nos incisos I, II e III do Art. 19, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), alterada pelas [Leis nºs 8.883, de 8 de junho de 1994](#), e [Lei nº 9.032, de 28.4.95](#). *(Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

§ 2º (VETADO na [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))

Art. 98. Nas execuções fiscais da dívida ativa do INSS, o leilão judicial dos bens penhorados realizar-se-á por leiloeiro oficial, indicado pelo credor, que procederá à hasta pública: *(Artigo restabelecido, com nova redação e inclusão de incisos, parágrafos e alíneas, pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

I - no primeiro leilão, pelo valor do maior lance, que não poderá ser inferior ao da avaliação;

II - no segundo leilão, por qualquer valor, excetuado o vil.

§ 1º Poderá o juiz, a requerimento do credor, autorizar seja parcelado o pagamento do valor da arrematação, na forma prevista para os parcelamentos administrativos de débitos previdenciários.

§ 2º Todas as condições do parcelamento deverão constar do edital de leilão.

§ 3º O débito do executado será quitado na proporção do valor de arrematação.

§ 4º O arrematante deverá depositar, no ato, o valor da primeira parcela.

§ 5º Realizado o depósito, será expedida carta de arrematação, contendo as seguintes disposições:

a) valor da arrematação, valor e número de parcelas mensais em que será pago;

b) constituição de hipoteca do bem adquirido, ou de penhor, em favor do credor, servindo a carta de título hábil para registro da garantia;

c) indicação do arrematante como fiel depositário do bem móvel, quando constituído penhor;

d) especificação dos critérios de reajustamento do saldo e das parcelas, que será sempre o mesmo vigente para os parcelamentos de débitos previdenciários.

§ 6º Se o arrematante não pagar, no vencimento, qualquer das parcelas mensais, o saldo devedor remanescente vencerá antecipadamente, que será acrescido em cinquenta por cento de seu valor a título de multa, e, imediatamente inscrito em dívida ativa e executado.

§ 7º Se no primeiro ou no segundo leilões a que se refere o *caput* não houver licitante, o INSS poderá adjudicar o bem por cinquenta por cento do valor da avaliação.

§ 8º Se o bem adjudicado não puder ser utilizado pelo INSS, e for de difícil venda, poderá ser negociado ou doado a outro órgão ou entidade pública que demonstre interesse na sua utilização.

§ 9º Não havendo interesse na adjudicação, poderá o juiz do feito, de ofício ou a requerimento do credor, determinar sucessivas repetições da hasta pública.

§ 10. O leiloeiro oficial, a pedido do credor, poderá ficar como fiel depositário dos bens penhorados e realizar a respectiva remoção.

§ 11. O disposto neste artigo aplica-se às execuções fiscais da Dívida Ativa da União. (*Parágrafo acrescentado pela [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#)*)

Art. 99. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS poderá contratar leiloeiros oficiais para promover a venda administrativa dos bens, adjudicados judicialmente ou que receber em dação de pagamento. (*Artigo restabelecido, com nova redação e parágrafo único acrescentado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#)*)

Parágrafo único. O INSS, no prazo de sessenta dias, providenciará alienação do bem por intermédio do leiloeiro oficial.

Art. 100. *(Revogado pela [Lei nº 9.528, de 10.12.97](#))*

Art. 101. Os valores e os limites do salário-de-contribuição, citados nos arts. 20, 21, 28, § 5º e 29, serão reajustados, a partir de abril de 1991 até a data da entrada em vigor desta Lei, nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento do limite mínimo do salário-de-contribuição neste período.

Nota:

Artigo revogado pela [Medida Provisória nº 2.022-17, de 23.5.2000](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#).

Art. 102. Os valores expressos em cruzeiros nesta Lei serão reajustados, a partir de abril de 1991, à exceção do disposto nos arts. 20, 21, 28, § 5º e 29, nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social, neste período.

Nota:

Artigo alterado a partir da [Medida Provisória nº 2.022-17, de 23.5.2000](#), reeditada até a de [nº 2.187-13, de 24.8.2001](#). Medida Provisória em vigor em função do Art. 2º da [Emenda Constitucional nº 32, de 11.9.2001](#), como segue:

“Art. 102. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios de prestação continuada da

Previdência Social.

Parágrafo único. O reajuste dos valores dos salários-de-contribuição em decorrência da alteração do salário mínimo será descontado quando da aplicação dos índices a que se refere o caput.”

Art. 103. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 104. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 105. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República.